



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Manoel Vieira da Silva

**DO SÍTIO CABOCLO AO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DAS
GRAÇAS: TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO VERSUS TERRITÓRIO
DE ESPERANÇA**

JOÃO PESSOA-PB

2011

MANOEL VIEIRA DA SILVA

**DO SÍTIO CABOCLO AO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DAS
GRAÇAS: TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO VERSUS TERRITÓRIO
DE ESPERANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da
Paraíba, Campus I – João Pessoa, para obtenção do título
de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira

JOÃO PESSOA-PB

2011

S586d *Silva, Manoel Vieira da.*
 Do Sítio Caboclo ao assentamento Nossa Senhora das
 Graças: território de exploração versus território de esperança
 / Manoel Vieira da Silva.- João Pessoa, 2011.
 144f.
 Orientadora: *Emília de Rodat Fernandes Moreira*
 Dissertação (Mestrado) – UFPB/PPGG
 1. Reforma Agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Espaço
 agrário – município de Bananeiras(PB). 4. Produção e trabalho
 – organização – assentamentos.

UFPB/BC

CDU: 332.021.8(043)

“Do Sítio Caboclo ao Assentamento Nossa Senhora das Graças: Território de Exploração Versus Território de Esperança”


por

Manoel Vieira da Silva

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Prof^a Dr^a **Emília de Rodat Fernandes Moreira**

Orientadora



Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**

Examinador interno



Prof. Dr. **Francisco Fábio Dantas da Costa**

Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Fevereiro/2011

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as contribuições prestadas a esse trabalho, as quais certamente foram de grande significado para que ele se concretizasse. Nesse sentido, expresso todo o meu reconhecimento:

A todos(as) os(as) professores(as) do Programa de Pós Graduação em Geografia especialmente os(as) Professores(as): *Emília Moreira* (que não mediu esforços para que pudessemos concluir esse trabalho, muitas vezes abrindo mão das horas de descanso, por noites a fio, para ver um orientando concretizar o seu objetivo) e *Ivan Targino*, por terem me estimulado a pensar com mais clareza e segurança no tema desenvolvido nesse trabalho e pelo acompanhamento durante o desenvolvimento do mesmo; *Bartolomeu*, pela contribuição prestada quando ainda não era professor do PPGG e nem do departamento, ao convidar, para a sua própria casa, um grupo de alunos que pleiteávamos entrar para o PPGG e discutiu conosco todos os pontos da seleção, faltando menos de uma semana para a prova; *Maria Franco*, pela contribuição para o amadurecimento da ideia sobre o tema; *Roberto Sassi*, pelo apoio e sempre ter se colocado à disposição; *Eduardo Viana*, pelas dicas na parte cartográfica; *Dadá Martins*, pelas oportunidades para as colocações nos debates sobre a Geografia Escolar; *Fátima Rodrigues*, pelas dicas e as oportunidades para participar de alguns debates importantes inerentes à agricultura familiar, durante o curso e; *Christianne*, pelo apoio de sempre, colocando-se à disposição para conversar e tirar dúvidas referente a parte cartográfica do trabalho.

Ao professor *Eduardo Pazera*, pela contribuição na tradução do resumo do português para o inglês.

Aos professores *Fábio Dantas* e *Ivan Targino*, por aceitarem fazer parte da banca examinadora.

A todos(as) os(as) colegas de turma pelos debates coordenados pelos professores, mas sempre com a participação calorosa e enriquecedora do grupo, especialmente: *Gloria*, *Gustavo*, *Mara* e *Rejane*, por terem dividido comigo alguns seminários, interagindo muito bem nas discussões; *Josias Matias*, que além dos seminários, dividimos todas as tensões resultantes das pressões impostas pelos gestores de plantão da Prefeitura Municipal de Santa Rita, que

não aceitavam, por hipótese alguma, a nossa qualificação enquanto profissionais de Educação do Município.

Às Excelentíssimas Juízas: *Dra. Ângela Sales*, da 4ª Vara Civil e *Dra. Maria Emília*, da 5ª Vara Civil da Comarca de Santa Rita pela concessão de um direito a princípio negado pela Gestão Municipal.

À *Dra. Gracilene*, pelo profissionalismo e a coragem com que atuou junto à justiça para fazer valer o nosso direito ao afastamento para participar do Mestrado.

À funcionária *Sônia*, do PPGG pelo apoio e dedicação com o Mestrado e com os que passam por lá em busca de ajuda.

A todos(as) os(as) funcionários do INCRA, do INTERPA, do IBGE, da UFPB, Campus de João Pessoa e Bananeiras, que contribuíram com as informações necessárias para a realização da pesquisa.

A todos(as) os membros da CPT seção Guarabira, especialmente a *Zilma*, pelo apoio a este trabalho e aos moradores assentados e acampados da região do Agreste Paraibano.

À direção do MST/PB na pessoa de *Alexandre* pelas informações sobre a luta do MST em Bananeiras.

Aos membros da FETAG, especialmente a *Ivanildo Dantas*, pelas informações prestadas.

À *Ivonete*, presidente, e demais diretores(as) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras, ao *Sr. Daniel*, presidente da Associação dos moradores do Assentamento São Francisco III e ao *Sr. João Grande*, da Associação dos Moradores do Assentamento Santa Vitória, pelas informações prestadas.

Ao escritor *Manoel Luiz da Silva*, então Diretor do Centro Cultural de Bananeiras, pelas dicas sobre a História do município.

A *Davi e Janete*, pela contribuição na parte cartográfica do trabalho.

Ao ex-proprietário da Fazenda Caboclo *Sr. Augusto Bezerra* por nos receber em sua casa e conceder entrevista, contribuindo assim para a concretização desse trabalho.

A *Xisto, Priscila e Penha*, pelas horas de conversa em torno da Geografia e da socialização do saber geográfico.

Ao *Dr. Coriolano Filho* pelas conversas a respeito da História da Paraíba e pelas indicações bibliográficas sugeridas.

A todos(as) os(as) moradores(as) do Assentamento Nossa Senhora das Graças, pela colaboração dada com tanta espontaneidade que nos fez perceber a paixão pelo lugar e credibilidade na pesquisa, especialmente: *Renato*, presidente da Associação, *Neves* e o *Sr.*

Antônio Augusto, Zefinha Araújo, o Sr. João Andrade, Maria de Paulo, o Sr. Francisco Januário, Elvira, o Sr. José Januário e Dona Dorinha Januário.

Aos(as) *colegas do GETEC* pelas leituras e discussões que fizemos e que me ajudaram muito na preparação da base teórica para o desenvolvimento do trabalho, especialmente *Lidiane*, pela colaboração nas transcrições das entrevistas.

À *minha família*, de todos os graus parentescos que torceram e/ou colaboraram com o trabalho, especialmente: *tia Mariana e Louro*, pelo acolhimento em sua casa nas idas ao trabalho de campo; *minha mãe Regina*, pela disponibilidade de sempre e ter me acompanhado em algumas viagens, como se o trabalho fosse uma missão sua, para me apresentar aos moradores do sítio Caboclo, já que são velhos conhecidos seus.

À *Edinilza*, pela companhia de todas as horas, por tudo, inclusive por *Mariana* que veio pôr uma pitada de coragem e prazer pelo trabalho, pela luta e pela vida.

De forma toda especial, ao *meu pai, Severino Pedro (in memóriam)* que, de camponês sem terra, morador de condição do sítio Caboclo, na visão “lógica” de que a cidade oferece melhores condições de sobrevivência do que o campo fugiu da exploração pelo capitalista do campo e veio para as pontas de rua com o objetivo de terminar de criar os filhos, se submetendo à exploração pelos capitalistas urbanos.

A essas e outras pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para que se chegasse até aqui, meu muito obrigado.

.

Preparar o chão, semear o grão, produzir o pão; gerar na terra as condições de sobrevivência e permanecer na terra a cada estação.

Manoel Vieira da Silva

RESUMO

O trabalho estuda as mudanças que tiveram lugar no município de Bananeiras, especificamente na propriedade denominada Fazenda Caboclo, com a sua transformação em projetos de assentamentos de reforma agrária. Ele procura entender se esse novo território rompe com a lógica da dominação capitalista e representa a transformação de um território de exploração em um território de esperança. O estudo utilizou como procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e documental, o levantamento de dados secundários e a pesquisa de campo. A dissertação está estruturada em quatro capítulos além da introdução e das considerações finais. O primeiro resgata a formação territorial e a organização do espaço agrário do município de Bananeiras onde se localiza a antiga propriedade Fazenda Caboclo. O segundo aborda a questão da terra no município; enfatiza a luta pela terra e a formação de assentamentos rurais. O terceiro descreve as formas de organização da produção e do trabalho e as relações de poder na antiga Fazenda Caboclo. O quarto capítulo apresenta o processo de constituição do Projeto de Assentamento Nossa Senhora das Graças e sua forma de organização territorial. Nas considerações finais faz-se uma reflexão sobre as contradições presentes no processo de construção de um território de esperança com base no estudo realizado.

Palavras-chave: Território. Fazenda Caboclo. Assentamento Nossa Senhora das Graças. Bananeiras/PB.

ABSTRACT

This thesis studies the changes that took place in the municipality of Bananeiras, specifically in the property known as “Farm Caboclo” with its transformation into a Settlement Project of agrarian reform. It seeks to understand if this new territory breaks with the logic of capitalist domination and represents the transformation of an area of exploitation in a territory of hope. The study used as instruments: bibliographic and documentary research and a survey of secondary data and field research. The thesis is divided into four chapters besides the introduction and final consideration. The first chapter studies the territorial formation and organization of the agrarian space of the municipality of Bananeiras where is located the former property of “Farm Caboclo“. The second chapter describes the issue of land in the municipality; emphasizes the struggle for land and formations of rural settlements. The third chapter describes the forms of production and work organization and power relations in the former “Farm Caboclo”. The fourth chapter presents the process of formation of the Settlement Project “Nossa Senhora das Graças” and its form of territorial organization. In the final consideration there is a reflection on the contradictions in the process of building a territory of hope based on this study.

Keywords: Territory. Farm “Caboclo”. Settlement Nossa Senhora das Graças. Bananeiras-PB.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Localização do município de Bananeiras no Brejo Paraibano.....	38
FIGURA 02 – Evolução histórica da divisão territorial de Bananeiras.....	42
FIGURA 03 – Centro da cidade de Bananeiras.....	46
FIGURA 04 – Casarões construídos no período áureo do café.....	46
FIGURA 05 – Sr. Daniel Quirino na antiga Casa Grande da Fazenda Poderosa.....	61
FIGURA 06 – Assentamentos constituídos pelo INCRA em Bananeira – PB.....	67
FIGURA 07 – Delimitação territorial da Fazenda Caboclo.....	74
FIGURA 08 – Reservatório natural de água para uso dos camponeses.....	79
FIGURA 09 – Desfibradeira manual utilizada no desfibramento do agave.....	82
FIGURA 10 – Desfibradeira mecânica de agave, a “máquina paraibana”.....	83
FIGURA 11 – Processo de corte do sisal	83
FIGURA 12 – Secagem do sisal.	83
FIGURA 13 – Transporte dos molhos de sisal.....	84
FIGURA 14 – Processo de pesagem do sisal.....	84
FIGURA 15 – Exemplo de área cultivada com fumo.....	85
FIGURA 16 – Exemplo da forma de secagem do agave	85
FIGURA 17 – Configuração territorial do PA Nossa Senhora das Graças.....	96
FIGURA 18 – Relevo forte ondulado da Fazenda Caboclo.....	98
FIGURA 19 – Fazenda Caboclo: mapa de declividade.....	99
FIGURA 20 – Fazenda Caboclo: mapa de topografia.....	100
FIGURA 21 – Formas de uso do solo no PA Nossa Senhora das Graças.....	102
FIGURA 22 – PA Nossa Sra. das Graças: cultivo de alimentos, pastagens e cajueiros.....	103
FIGURA 23 – Reserva florestal e vale do rio Curimataú.....	103
FIGURA 24 – Reserva florestal do PA N. Sra. das Graças e vale do rio Curimataú.....	104
FIGURA 25 – PA. Nossa Sra. das Graças: detalhes da área de reserva florestal.....	104
FIGURA 26 – PA. Nossa Sra. das Graças: detalhes da área de reserva florestal.....	104
FIGURA 27 – PA. Nossa Sra. das Graças: detalhes da área de reserva florestal.....	104
FIGURA 28 – PA N. Sra. das Graças: detalhes dos tanques no lajedo cristalino.....	105
FIGURA 29 – PA Nossa Sra. das Graças: detalhes dos tanques no lajedo cristalino.....	105

FIGURA 30 – PA Nossa Sra. das Graças: detalhes dos tanques no lajedo cristalino.....	105
FIGURA 31 – PA Nossa Sra. das Graças: consórcio de produtos alimentares.....	106
FIGURA 32 – PA Nossa Sra. das Graças: moradia, produção de alimentos e pastagens.....	106
FIGURA 33 – PA Nossa Sra. das Graças: lote com moradia e produção de feijão.....	107
FIGURA 34 – PA Nossa Sra. das Graças: lote com produção alimentar diversificada.....	107
FIGURA 35 – PA Nossa Sra. das Graças: no detalhe as casas, a agricultura e o pasto.....	108
FIGURA 36 – Afloramento cristalino num dos lotes do PA Nossa Senhora das Graças.....	108
FIGURA 37 – PA Nossa Senhora das Graças: pinha coletada por assentada.....	110
FIGURA 38 – O uso da enxada para a capinação no PA Nossa Sra. das Graças.....	111
FIGURA 39 – PA Nossa Sra. das Graças: casa de Farinha.....	111
FIGURA 40 – Assembleia na Associação dos Trabalhadores do PA N. Sra. das Graças.....	112
FIGURA 41 – Assembleia na Associação dos Trabalhadores.....	112
FIGURA 42 – Forno com sistema elétrico para a secagem da massa para fazer farinha.....	113
FIGURA 43 – Roldana manual até a década de 80.....	113
FIGURA 44 – Triturador de mandioca.....	113
FIGURA 45 – Prensa utilizada na casa de farinha para enxugar a massa.....	114
FIGURA 46 – Trabalho das mulheres no interior da casa de farinha.....	115
FIGURA 47 – Crianças descascando mandioca no interior da casa de farinha.....	115
FIGURA 48 – PA Nossa Sra. das Graças: processo de debulha do feijão pela família.....	116
FIGURA 49 – Casa antiga da época da fazenda.....	118
FIGURA 50 – Casa nova construída com recursos do crédito habitação.....	118
FIGURA 51 – Cisterna de placa construída pelo programa 1 Milhão de Cisternas.....	118
FIGURA 52 – Casa com duas cisternas de placa.....	119
FIGURA 53 – Venda de doce caseiro de uma assentada na feira livre de Bananeiras.....	121
FIGURA 54 – Igreja construída na comunidade onde ocorrem celebrações.....	125
FIGURA 55 – Grupo Escolar Major Augusto Bezerra.....	126
FIGURA 56 – Lugar de incineração de lixo no quintal da Escola.....	127

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 – Bananeiras: distribuição da população – 1991.....	40
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Principais produtos agrícolas do município de Bananeiras em 1922.....	49
QUADRO 02 – Áreas de Conflito do município de Bananeiras.....	58
QUADRO 03 – Bananeiras – relação dos Projetos de Assentamentos criados pelo Incra.....	68
QUADRO 04 – Bananeiras – relação dos assentamentos criados pelo Interpa.....	71
QUADRO 05 – Percentual da população entrevistada que possui eletrodomésticos.....	123
QUADRO 06 – Alunos do 4º e 5º ano do Grupo Escolar Major Augusto Bezerra.....	129
QUADRO 07 – Grupo Escolar Major Augusto Bezerra: pesquisa com os estudantes.....	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Bananeiras: evolução da população residente.....	39
TABELA 02 – Bananeiras: principais lavouras segundo a área plantada e o valor da produção.....	51
TABELA 03 – Bananeiras: distribuição dos imóveis rurais segundo o grupo de área - 1992.....	52
TABELA 04 – Bananeiras: Estrutura Fundiária – 2006.....	53
TABELA 05 – Bananeiras: Produtores rurais segundo a condição – 2006.....	55

LISTA DE CROQUIS

CROQUI 01 – Formas de utilização das terras da Fazenda Caboclo – década de 1960.....	81
CROQUI 02 – Formas de utilização das terras da Fazenda Caboclo – década de 1980.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAMSOL – Cooperativa Agrícola Mista de Solânea

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DVD – Digital Video Disc

EMATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

GETEC – Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Camponato

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Paraíba

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola

HA – Hectare

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

RAM – Reforma Agrária de Mercado

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TV – Televisão

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Aspectos teórico-metodológicos.....	22
 CAPÍTULO I - FORMAÇÃO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE BANANEIRAS.....	 37
1.1 A formação do território.....	40
1.2 A organização do espaço agrário.....	45
 CAPÍTULO II - DA LUTA PELA TERRA À CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM BANANEIRAS.....	 56
2.1 A luta pela terra.....	57
2.1.1 O Conflito da Fazenda Carvalho.....	59
2.1.2 O Conflito da Fazenda Sapucaia.....	62
2.2 Reforma agrária e criação de assentamentos rurais.....	64
 CAPÍTULO III - DE TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO A TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: O CASO DA FAZENDA CABOCLO.....	 74
3.1 Origem histórica da Fazenda Caboclo.....	75
3.2 Características naturais e formas de utilização do solo.....	77
3.2.1 Diversidade do uso do solo e das relações de trabalho na fazenda Caboclo.....	79
3.2.2 O processo de desapropriação.....	90
 CAPÍTULO IV - A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: O ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.....	 95
4.1 Aspectos naturais e uso do solo do Projeto de Assentamento Nossa Senhora das Graças.....	97
4.2 Perfil das famílias assentadas.....	109
4.3 A organização da produção e do trabalho no PA Nossa Senhora das Graças.....	109
4.4 Da submissão ao latifúndio à submissão ao Estado e ao capital financeiro.....	117
4.5 Atuação de outros agentes externos.....	122

4.6 Condições de vida, renda e sociabilidade.....	122
4.7 A questão da Educação.....	125
4.8 Como definir os assentados do antigo Sítio Caboclo?.....	132

AS CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR.....	135
---	------------

REFERÊNCIAS.....	140
-------------------------	------------

APÊNDICES.....	145
-----------------------	------------

ANEXOS.....	182
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

A história da luta pela reforma agrária no Brasil tem sido marcada por muitos conflitos que, em sua maioria, resultaram em assassinatos, prisões, perseguições e expulsão da população do campo. Por outro lado, a estrutura fundiária teve como base, a princípio, a distribuição das terras através da solicitação e concessão de sesmarias. Esse modelo de formação e “organização” do território legitimava a posse da terra por pequenos grupos de pessoas em detrimento da população indígena que, ou era exterminada ou expulsa. Na Paraíba, as concessões de terra através do sistema de sesmaria se davam em atendimento a solicitações, muitas vezes justificadas pela participação em guerras contra os índios, chamados de tapuios ou gentios brabos.

Lyra Tavares transcreveu dos livros de registros das sesmarias a seguinte solicitação de sesmarias e sua devida justificativa e concessão:

N.º 17 EM 21 DE ABRIL DE 1624

Antonio de Valcacer Moraes, diz que a muitos annos reside nesta capitania com sua casa e mais familia, acudindo a todos os rebates e guerras que se fiseram aos *Tapuias*, e até agora não lhe foram dadas terras algumas em que possa lavrar e trazer seu gado; e porque no rio *Manguape* está uma sorte de terras devolutas, das quaes está elle de posse com um curral há mais de dois annos sem contradicção de pessoa alguma, a qual terra havia uma legoa de comprido e outra de largo, que partia e se começaria á medir de um rio que se mette no *Manguape* a que o gentio chama *Patura Pesurema* e que nossa língua chama *Tapacerica*.

Foi feita a concessão, começando-se a medir a legoa de terra do rio *Tapacerica*, pelo rio *Manguape*, pelo capitão-mór Affonso da Franca (TAVARES, 1909, p.40).

Isso mostra o quanto o extermínio dos povos indígenas era respaldado pelo Estado que se institucionalizava no Brasil à base da ocupação do território, da dominação e da tentativa de escravização dos povos nativos.

Mais recentemente, o processo de apropriação e controle das terras no interior do Brasil tem se configurado através da grilagem, fato que tem resultado na extensão da fronteira agrícola, e também na intensificação dos conflitos agrários, resultando quase sempre em

assassinatos e prisões de trabalhadores e de suas lideranças envolvidos nesses conflitos. À medida que aumentam os conflitos por terra e a expulsão do homem do campo, ampliam-se as fileiras de trabalhadores sem terra para trabalhar e, conseqüentemente, a pressão dos movimentos de luta pela reforma agrária sobre o Estado, com a intensificação do processo de ocupação de latifúndios improdutivos.

A partir da segunda metade da década de 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o objetivo de conter a pressão política dos movimentos sociais (sindicatos, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST] e Comissão Pastoral da Terra [CPT]), implantou, em consonância com os latifundiários e com subsídios do Banco Mundial, a sua política de desenvolvimento rural para o campo. Essa política que, segundo Oliveira (2005), ficou caracterizada pela compra de terra dos grandes proprietários que desejavam vender suas terras e a revenda para os trabalhadores que desejam “comprar” terra para trabalhar, originou-se “no próprio processo de desenvolvimento do capitalismo moderno no campo brasileiro.”

Esse modelo de desenvolvimento rural, que ficou conhecido como “reforma agrária de mercado”, foi e continua sendo muito criticado pelos movimentos sociais. Para estes, trata-se de uma forma do governo tentar descaracterizar a proposta original de reforma agrária defendida pelos trabalhadores e de uma tentativa de desarticular o avanço dos trabalhadores na luta pela conquista da terra para trabalhar. A outra face dessa política é a execução de uma “reforma agrária” com base na lógica do mercado, onde a terra é negociada como uma mercadoria, possibilitando aos antigos proprietários a garantia da renda capitalizada da terra. Dessa forma, o Estado busca promover a capitalização dos espaços agrários de modo a garantir a renda da terra para os proprietários rentistas, ao mesmo tempo em que deixa endividados os trabalhadores rurais que se submetem a esse modelo de desenvolvimento agrário.

O trabalho, **“Do Sítio Caboclo ao assentamento Nossa Senhora das Graças: território de exploração versus território de esperança”** propõe-se estudar as mudanças que tiveram lugar no território de Bananeiras, especificamente na propriedade denominada de Fazenda Caboclo, com a sua transformação em projetos de assentamento de reforma agrária, com destaque para o Projeto de Assentamento(doravante PA) Nossa Senhora das Graças, visando entender até que ponto esse novo território construído rompe com a lógica da dominação capitalista e representa um território de esperança.

O PA Nossa Senhora das Graças, recorte territorial do presente trabalho, será analisado a partir do processo que lhe deu origem até a sua forma de organização atual. Essa análise possibilitará entender a constituição desse novo território no contexto das transformações do espaço agrário municipal à luz do desenvolvimento do capital sobre a agricultura.

As principais razões para a escolha do tema foram: o interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o campesinato, em particular, sobre o campesinato paraibano; contribuir com a luta de resistência camponesa contra a dominação do capital no campo, à medida que aprofundamos o conhecimento sobre aspectos fundamentais relacionados à vida, às formas de produção e de trabalho camponês, descortinando os limites e as possibilidades de fortalecimento dessa classe; e aproveitar os conhecimentos das disciplinas cursadas para dar suporte teórico ao estudo.

Podemos considerar o PA Nossa Senhora das Graças como um lugar que precisa ter suas especificidades analisadas para tentarmos entender a problemática que surge com a indagação: território de exploração ou território de esperança? E para encontrar uma resposta satisfatória, fez-se necessário levantar outras indagações que possibilitem, após uma investigação junto à população local, principalmente às pessoas que residem há mais tempo no lugar, respondê-las. O esclarecimento das questões que serão levantadas pode contribuir para uma nova compreensão do espaço ocupado e responder a questão de fundo, aqui formulada. Estabelece-se, portanto, uma possibilidade para entender as várias faces de dominação do capitalismo sobre o campesinato e até que ponto existe formas de resistência a essa dominação, ou se há apenas um processo de adaptação ao capitalismo ou mesmo de decomposição do campesinato.

É sabido que as formas de vida, produção e trabalho do camponês, seja do PA Nossa Senhora das Graças seja de outras partes do Brasil e do mundo apresentam situações ora diversas ora semelhantes. Com essa compreensão, buscar-se-á fazer uma ponte entre as teorias e estudos que pesquisaram a questão camponesa no interior das formações sociais capitalistas para entender o camponês assentado pertencente ao assentamento objeto da investigação e, quiçá, em outros assentamentos no município de Bananeiras. Nesse contexto, será possível identificar as formas de organização da produção e do trabalho desse camponês, as relações internas e externas desse campesinato e a sua articulação com o mercado.

No Brasil, a forma de apropriação da propriedade da terra, desde a colonização até os dias atuais, levou a uma concentração da propriedade da terra em poder de uma minoria, em detrimento dos povos indígenas, desde o primórdio da ocupação, e da grande maioria da classe trabalhadora, ao longo do processo de produção do espaço brasileiro.

Na região do Brejo Paraibano, tal fato vai se reproduzir desde os primórdios da ocupação, porque a lógica da sua ocupação se deu também com base na concessão de sesmarias e a organização do seu espaço agrário teve como base a grande propriedade voltada para o cultivo de lavouras comerciais em combinação com a policultura alimentar e com a pecuária. A policultura era produzida por trabalhadores escravos, em menor quantidade que na Zona da Mata, por posseiros, moradores, foreiros e parceiros (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Bananeiras, como parte do Brejo, inseriu-se nesse processo e teve sua estrutura agrária pautada na lógica da convivência entre latifúndio e minifúndio. O latifúndio convivendo ora com o trabalho escravo ora com as relações de trabalho não capitalistas (representadas pelos posseiros, parceiros, arrendatários e moradores de condição) ora com o trabalho assalariado, até basicamente a primeira metade do século XX. O poder sobre a terra no município supracitado, desde os primórdios, esteve interligado ao poder político e econômico, haja vista que os grandes proprietários de terra se transformaram nos líderes políticos municipais.

A partir do início dos anos de 1970, a queda nos preços do açúcar no mercado internacional levou as usinas da região a uma forte crise financeira, com pelo menos uma dessas usinas perdendo propriedades através de hipotecas cobradas pelo Banco do Brasil. Em 1975, surgiu o Proálcool e sua efetivação no Brejo, a partir de 1977, foi vista como a salvação para a crise. Mas, o apogeu vivido durante o Proálcool e a concomitante expansão da atividade pecuária verificada na região em decorrência dos incentivos da SUDENE no mesmo período culminaram com profundas modificações na organização do espaço agrário regional.

A dominação canavieiro-pecuária sobre o espaço agrário do Brejo foi responsável pela expulsão maciça de moradores e parceiros do campo para as cidades e pela transformação de parcela destes trabalhadores em assalariados temporários da cana. Esse crescimento do trabalho assalariado coincide com o fortalecimento do movimento sindical na região (com destaque para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Bananeiras, Pilões e Alagoa Grande).

Concomitantemente, intensifica-se a ação da Igreja através das paróquias locais e da diocese de Guarabira, apoiando a luta de resistência camponesa contra a expulsão-expropriação.

Essa resistência vai resultar na interferência do Estado, inicialmente como aliado dos latifundiários e posteriormente como atenuador desses conflitos através da desapropriação de terras nos municípios. A crise do Proálcool, a partir de 1986, vai resultar no enfraquecimento do latifúndio, por um lado, e no fortalecimento da ação organizada da classe trabalhadora, por outro.

Nem todos os latifúndios, porém, vão passar por esse processo e continuam, até a década de 1990, reproduzindo as relações de trabalho tradicionais. Nessa situação, o latifundiário é o senhor da terra e ele tem uma relação de “reciprocidade” com uma grande quantidade de trabalhadores que permaneceram na terra e não entraram em conflito, porque não houve nenhuma mudança nas formas de uso do solo nem na organização tradicional de trabalho. Nesses casos, não houve nenhum tipo de pressão sobre os latifundiários. Em boa parte dessas propriedades, os trabalhadores eram moradores, ora trabalhando no sistema de meação ora como prestadores de serviço recebendo salário.

Com a derrocada das culturas comerciais, a relação entre o proprietário e os moradores mudou significativamente. O trabalho assalariado praticamente desapareceu em algumas dessas propriedades. Assim, mudaram-se as relações de produção, mas a renda da terra, mesmo com a ausência das culturas comerciais, estava garantida para o seu proprietário através da meia¹ que era subtraída da produção agrícola alimentar produzida pelo morador, quase sempre sem nenhum custo adicional para o dono da terra. Com a garantia da renda e sem uma pressão consistente por parte dos moradores, pela desapropriação da terra, estabeleceu-se um certo comodismo em ambas as partes.

A Fazenda Caboclo é um dos antigos latifúndios do município de Bananeiras a se enquadrar nessas características; talvez por esse motivo não se constatou nenhum indício de existência de conflito agrário naquela fazenda. Lá só percebeu-se o desinteresse em continuar controlando a terra, pela falta de opção do que produzir nela a partir do colapso da agricultura do fumo, talvez pelas condições naturais do solo serem desfavoráveis à produção de outras culturas comerciais, como por exemplo, a cana-de-açúcar; pela morte do proprietário titular

¹ Forma de renda fundiária paga pelo trabalhador ao proprietário da terra em forma de produto (metade da sua produção ou a meia).

ou por uma vantagem financeira grande em um possível processo de negociação, prováveis motivos pelos quais se abriu mão da terra.

A desapropriação da Fazenda Caboclo e sua transformação em assentamentos rurais geraram uma mudança na estrutura tradicional de sua organização territorial; aí inserida a organização da produção e do trabalho, com repercussões sobre a vida da população. Esse é o problema que buscaremos estudar.

O interesse pelo tema surgiu ao ingressarmos na disciplina Espaço e Campesinato, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, como aluno especial. As discussões sobre os textos lidos, orientadas pelo Professor Ivan Targino e pela Professora Emilia Moreira aumentaram o interesse pelo tema da questão agrária e do campesinato, em especial pelo que trata da luta camponesa por terra e pela sobrevivência na terra. Ao elaborar o artigo exigido pela disciplina, escolhemos estudar a Fazenda Caboclo e as mudanças territoriais por ela vivenciadas e seus reflexos sobre a vida dos camponeses que nela residem até hoje, tomando como exemplo a porção da fazenda que deu origem ao PA Nossa Senhora das Graças. Essa escolha teve a ver com nossas raízes, uma vez que a nossa família é de moradores da região, que, durante muitos anos, vivenciou algumas das modalidades da relação de trabalho ali encontrada, principalmente a parceria e a moradia de condição. Os desdobramentos desse processo originaram esta dissertação.

Aspectos teórico-metodológicos

Para a realização deste estudo, identificamos o território como sendo categoria geográfica de análise pertinente. Em seguida, enveredamos em uma revisão da bibliografia selecionada, buscando entender as abordagens de território em alguns autores tais como: Morgan (1967), Léfèbvre (1986), Ratzel (1990), Raffestin (1993), Moraes (2002), Santos (2006) e Haesbaert (2006; 2007).

Constatamos que o debate acerca do território não é novo, ele remonta ao século XIX quando surgiram as primeiras definições na direção da construção do seu conceito. Nas últimas décadas, a discussão em torno dessa categoria tem-se ampliado no sentido de se obter uma clareza mais acurada para sua definição enquanto categoria de análise da Geografia.

A falta de clareza conceitual tem dificultado a distinção entre o território e outras categorias da geografia. Isso pode ser detectado no próprio debate sobre o tema,

principalmente entre os autores mais modernos, dada a complexidade que esse conceito adquiriu em razão da amplitude que tomou, em consequência de tantos elementos novos que foram a ele incorporados. Essa afirmativa pode ser conferida na referência que Haesbaert (2005) faz, citando a discussão sobre *dominação e apropriação* feita por Lefebvre (1986; [1974]).

Embora Lefebvre se refira sempre a espaço, e não a território, é fácil perceber que não se trata de um espaço no sentido genérico, muito menos de um espaço natural. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído, um pouco como na distinção entre espaço e território feita por autores como Raffestin (1993[1980]). De certa maneira podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista) (2005, p. 6.775).

O próprio Haesbaert (2006, p. 35-36), ao se referir às várias concepções de território, afirma: “Assim, podemos perceber a enorme polissemia que acompanha a sua utilização entre os diversos autores que a discutem. Como já enfatizamos, muitos sequer deixam explícita a noção de território com que estão lidando, cabendo a nós deduzi-la.”

Já Raffestin, acusa o mesmo problema, envolvendo, também, os conceitos de território e espaço. “Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias” (1993, p. 143).

Para se entender melhor a origem do território enquanto categoria geopolítica, utilizamos a definição elaborada por Morgan, em 1877, que naquela época definiu o território da seguinte forma:

Todas as formas de governo são redutíveis a dois planos gerais, usando-se a palavra plano em seu sentido científico. Em suas bases os dois são fundamentalmente distintos. O primeiro, na ordem do tempo, se fundamenta nas pessoas e nas relações puramente pessoais e pode ser distinguido como uma sociedade (*societas*). O gens é a unidade dessa organização; gerando com os sucessivos estádios de integração o período arcaico, o gens, a fratria, a tribo e a confederação de tribos que constituíram um povo ou nação (*populus*). Mais tarde, a fusão de tribos da mesma área formando uma nação substituiu uma confederação de tribos que ocupavam áreas independentes. Tal foi, durante longos períodos, depois que o gens apareceu, a organização substancialmente universal da sociedade antiga; e ela subsistiu entre os gregos e os romanos depois que a civilização sobreveio. O segundo se

fundamenta no território e na propriedade e pode ser distinguido como um estado (*civitas*). O município ou distrito, circunscrito por limites e fronteiras, com a propriedade que ele contém, é a base ou unidade desta última, resultando daí a sociedade política. A sociedade política é organizada a partir de áreas territoriais, e trata a propriedade assim como as pessoas através de relações territoriais. Os sucessivos estádios de integração são o município ou distrito, que é a unidade de organização; o estado ou província, que é uma agregação dos municípios ou distritos; e o domínio nacional ou território, que é uma agregação dos estados ou província: o povo de cada unidade é organizado num corpo político (págs. 6-7) (MORGAN, 1967, apud HINDESS E HIRST, 1976, p. 36).

Essa concepção de Morgan mostra a presença do Estado em si (o Governo), não o Estado-nação, desde o início da fixação das sociedades na terra, ou seja, o aparecimento da figura do Estado juntamente com a concepção de território enquanto unidade geopolítica. O Estado age sobre o território. Partindo-se dessa premissa, podemos afirmar que o Estado em si surgiu depois das delimitações territoriais. Estas, ao surgirem, tornaram necessário o “controle” estatal no sentido de se definir critérios para gerir a produção excedente que aumentava em consequência da intensificação do uso das técnicas e do manejo do solo.

Do ponto de vista geopolítico, a base do controle territorial do espaço deve ter se iniciado com a transição do nomadismo para o sedentarismo em termos concretos, com a fixação das sociedades e com o controle do espaço através do uso do solo para a produção de alimento. A definição de áreas para o plantio, os critérios dessa escolha, a introdução de técnicas, que com o passar do tempo foram se aprimorando, o aumento da potencialidade do homem em planejar, cada vez mais, a sua forma de atuação no espaço e sobre os recursos naturais, de forma “suprema”, só fizeram aumentar o controle territorial. A divisão social do trabalho foi (e continua sendo) um elemento significativo para o processo de territorialização e de produção do espaço. Nesse sentido, os limites territoriais ganham complexidade, porque complexa é a divisão sócio-territorial do trabalho. Isso gera também uma complexidade à condição dos limites do território, tirando a estabilidade de seus contornos. O território passa a se configurar e se reconfigurar de acordo com o termômetro da divisão sócio-territorial do trabalho.

Ratzel, criticado por sua postura de defesa do Estado alemão, propõe um conceito de território atrelando-o ao de Estado-nação, o que de início pode passar a ideia de um território fechado, inerte, sem mobilidade. Para este autor:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política*; e embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (RATZEL, 1990 p. 73).

Em sua afirmação, Ratzel deixa patente a inter-relação entre território e Estado e vice-versa. Ele também deixa claro que o território é a base para o estabelecimento do Estado e não o contrário. Com segundas intenções ou não, este autor pode ter se baseado no conceito de Morgan (1877) para definir sua concepção de território. Ratzel identifica a forte relação do Estado com o território e a interdependência entre os mesmos quando afirma: "A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao que ela vive" (RATZEL, 1990, p. 76). Se sua abordagem parasse aí, seria mais fácil o entendimento. Mas, ele continua: "Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado" (op. cit., p.76).

Não necessariamente toda organização social tem que se transformar em Estado; já a existência de um território é imprescindível em qualquer organização social. Nesse caso, Ratzel tem razão quando critica algumas ciências sociais por não considerarem o ambiente físico. No caso da Sociologia, ele afirma que "(...) em toda sociologia moderna o território merece tão pouca consideração que as obras que tratam dele a fundo nos aparece como exceções" (op. cit., p. 76). Maiores que a defesa do Estado alemão e do território enquanto um Estado-nação absoluto são as contradições intrínsecas na discussão sobre o território e o Estado, apresentadas pelo autor. Para ele, não é o território que é estatal e sim o Estado-nação que é territorial. Portanto, o território não se limita ao Estado-nação, ele pode ser maior, menor ou igual a ele.

O Estado-nação não aparece como território e sim como uma base estatal estruturada a partir de uma construção cultural e política da época, as chamadas identidades nacionais. Portanto, ele não determina o conceito de território. Este é bem mais móvel que aquele. É como diz o próprio Ratzel (1990), o território/pátrio, o Estado-nação configura-se como a totalidade abrangente de um complexo territorial, onde se situa uma multiterritorialidade, ou seja, a porção do espaço onde os territórios acontecem com maior dinamismo. Não se pode negar o próprio Estado-nação como território, mas, ele não ser entendido como um território inflexível, ou seja, hermético.

Depois de Morgan e Ratzel, aconteceram e, continuam acontecendo, muitas discussões em torno do conceito de território. Mais recentemente, as mudanças na forma de ver e de tentar compreender o mundo, diante de um processo de globalização, que a cada dia coloca mais desafios para a humanidade, têm despertado nos estudiosos a necessidade de repensar, re-elaborar e até criar novos conceitos. No caso das categorias básicas da Geografia, não é diferente. Na evolução do conceito de território, muitos elementos têm sido inseridos, no sentido de dar mais mobilidade ao próprio discurso. No entanto, a base principal apontada pelos autores, nas últimas décadas do século XIX, se mantém; ou seja, o topônimo ou o território em si. É sobre esse território em si, no dizer de Santos (2007), que as coisas acontecem e, quando as coisas acontecem o território, enquanto categoria geográfica, se realiza.

Para este autor, “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 11).

Depois dessa caracterização mais genérica do conceito de território, o autor enfatiza com mais detalhes a sua concepção. Nesse caso, reafirma a condição básica adotada por Morgan e Ratzel e esclarece:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: "Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem". Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeioe (op.cit., p. 14).

Percebe-se aí uma atualização dos conceitos elaborados no século XIX. A ideia de Estado nacional como território é reafirmada e, ao mesmo tempo, esclarecida e complementada com os novos elementos como: a identidade cultural, os sentimentos, as relações de poder etc.

Nessa discussão, torna-se importante referenciar outros autores da modernidade que apresentam diferenças conceituais em relação aos já abordados. Moraes (2002) faz uma relação entre o Estado e o território e afirma:

(....) o Estado é de imediato definido como um Estado dotado de um território. Isto é, entre os qualificativos do Estado moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial. De todo modo a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se pois de um *Estado territorial* (MORAES, 2002, p. 61).

Este autor também fortalece a ligação entre o Estado e o território, buscando eliminar a ideia de que o Estado é um território estático ou, como afirma Ratzel, *Estado pátrio*. O Estado como sinônimo de modernidade, mesmo contendo o seu espaço demarcado, não nega a existência das relações de poder. Essa relação de poder, de certa forma, torna os limites vulneráveis a novas configurações territoriais, através de novas identidades e da formação de novos territórios. Temos, assim, um processo de fragmentação territorial ou, como afirma Haesbaert, uma multiterritorialidade, em sentido mais básico. E, ao passo que se fragmentam, os territórios se interligam através do processo de globalização e formação de redes.

Lefebvre (1978, p. 259, apud RAFFESTIN, 1993 p. 143), aponta como se dá o estabelecimento de um território no espaço: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estrada e rotas aéreas." Pode-se afirmar que o espaço se apresenta como o topônimo onde se desenvolve a territorialização e reterritorialização através dos vários elementos que se desenvolvem com base nas relações de poder. Nessa perspectiva Raffestin (1993, p.144) afirma, de forma metafórica, que "O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si".

Partidário da concepção de Lefebvre, Raffestin adota basicamente o mesmo conceito de território, com a preocupação de não cair na mesma confusão denunciada por aquele, já citada neste trabalho. Para este autor: "O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Aparece, muito nitidamente, na abordagem de Lefebvre (1978), reafirmada por Raffestin (1993), uma série de elementos que foram inseridos nos conceitos ditos modernos que, ao aumentar a complexidade do debate, possibilita a elaboração de novas vertentes de discussão como territorialização, desterritorialização, territórios em rede, reterritorialização, multiterritorialidade etc.

Essas novas vertentes que surgem na (des)construção do conceito de território são objetos de estudo de autores que se autodefinem como “pós-modernos”. É o caso de Haesbaert que se autodefine “pós-moderno” enquanto faz a defesa do conceito de mutiterritorialidade em oposição ao de desterritorialização.

Haesbaert (2006), depois de discutir vários conceitos de território, nas mais diversas áreas das ciências que pesquisam sobre esse tema, não precisamente enquanto categoria geográfica e de fazer críticas à falta de clareza em grande parte deles, apresenta dois conceitos da sua autoria:

No primeiro:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico" sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p. 42 apud HAESBAERT, 2006, p. 94)

No segundo:

(...) podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe, com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos. (op. cit., p. 93)

No primeiro caso, apesar de não enfatizar a presença do Estado, o autor deixa bem claro o caráter político, disciplinar e econômico necessário à gestão do território. Não se trata necessariamente do Estado-nação, mas o Estado de direito mostra-se implicitamente presente nessa definição.

No segundo caso, insere um novo ângulo – *mediação espacial do poder* – para justificar as relações de poder no interior do território. No mesmo instante, enfatiza a presença indissociável do poder econômico à esfera jurídico-política, comum a todos os outros conceitos apresentados e criticados por ele. Mas uma vez, o Estado de direito aparece, de certa forma até mais incisivo do que no primeiro caso.

A pretensão de Haesbaert de abolir o Estado das relações de poder na definição da territorialidade aparece de forma nítida em 2005, no calor do debate, quando ele sai na defesa da teoria da multiterritorialidade em oposição a da desterritorialização. Nesse momento, ele afirma:

Pensar, como inúmeros autores nas Ciências Sociais, que estamos imersos em processos de desterritorialização, é demasiado simples e, de certa forma, politicamente “imobilizante”, pois imagina-se que, num mundo globalmente móvel, sem estabilidade, marcado pela imprevisibilidade e fluidez das redes e pela virtualidade do ciberespaço, estamos quase todos à mercê dos poucos que efetivamente controlam estes fluxos, redes e imagens – ou, numa posição extrema, nem mesmo eles podem mais exercer algum tipo de controle.

Se o discurso da desterritorialização serve, antes de mais nada, àqueles que pregam a destruição de todo tipo de barreira espacial, ele claramente legitima a fluidez global dos circuitos do capital, especialmente do capital financeiro, num mundo em que o ideal a ser alcançado seria o desaparecimento do Estado, delegando todo poder às forças do mercado (HAESBAERT, 2005, p. 6.790).

Esta abordagem, da forma como está posta pelo autor, principalmente na defesa de facultar ao mercado total autonomia para atuar na questão da territorialidade, parece muito familiar ao liberalismo econômico defendido pelos economistas do século XVIII, quando o mercantilismo já não atendia às necessidades do capitalismo.

Todos os conceitos até aqui discutidos apresentam pelos menos duas coisas em comum: a presença do Estado e as relações de poder inseridas no interior da territorialidade.

Outra abordagem do território é realizada por Emilia Moreira (2006). Para ela o conceito de território é polissêmico e multidimensional.

Sem negar a polissemia presente no termo território, consideramos, porém a sua apreensão múltipla como a mais adequada. Isto na medida em que entendemos a multiplicidade não como resultado da soma de idéias desagregadas, mas como a articulação de idéias que se fundem na busca da unidade, da totalidade (MOREIRA, 2006, pp. 8-9).

Moreira (2006) entende o território como:

a) um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém se destaca pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos; (...) c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho. (op. cit., p. 9).

Com base nessa percepção, a autora citada concorda com Raffestin de que o território “é um produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata” e também acorda com a noção de apropriação de Lefèbvre “enquanto processo efetivo de territorialização que assume também uma dimensão tanto concreta como simbólica” (MOREIRA, 2006, p. 9).

Essa forma de apreensão do território, quando aplicada ao estudo da questão agrária, permite, entre outros, segundo Moreira (2006):

- a) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dos grupos de confronto na questão da terra: de um lado, os latifundiários e do outro os camponeses sejam eles pequenos produtores ou trabalhadores sem terra;
- b) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dentro do próprio grupo oligárquico regional;
- c) identificar formas simbólicas-subjetivas de apropriação do território;
- d) dar visibilidade aos processos responsáveis pelos enfrentamentos e disputas por frações do território;
- e) identificar os processos de territorialização, des-territorialização e/ou re-territorialização resultantes da luta entre capital e trabalho no campo (MOREIRA, 2006, p. 9).

A partir dessas reflexões, Moreira (2006) definiu o conceito de “território de esperança” como:

Aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território

de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração (op. cit., p. 4).

No caso da Fazenda Caboclo, hoje transformada em três Projetos de Assentamento, dentro os quais o de Nossa Senhora das Graças, considerando as mudanças ocorridas nas últimas décadas, tanto no que concerne à organização da produção e do trabalho, quanto às relações de poder e à presença do Estado, consideramos pertinente uma abordagem a partir do conceito de território de esperança cunhado por Moreira em contraposição ao território de exploração também construído pela mesma autora, como sendo aquele marcado pela exploração do trabalho, pela dominação e pela subordinação.

Do ponto de vista metodológico, a dialética dá suporte ao trabalho por três razões: a primeira, pela orientação obtida; a segunda, por ser o método que, no nosso entender, permite uma análise mais consequente da realidade social; e a terceira, a identidade, construída ao longo da vida, com a experiência de ser filho de camponeses e depois de vir morar na cidade, ainda adolescente, ter ingressado nos movimentos estudantil e sindical como militante e, permanecendo até hoje, sempre atuando pelo viés de uma concepção de esquerda.

Definido o método, partimos para a concretização da pesquisa. Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico para a formação de um banco de dados que garantisse o embasamento teórico do trabalho. Para o levantamento bibliográfico foram feitas visitas às bibliotecas central e setoriais (de Geografia e História) da UFPB; ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Paraíba; ao Centro Cultural de Bananeiras; aos sebos culturais da cidade de João Pessoa; às várias livrarias existentes na cidade de João Pessoa. Consultamos ainda acervos particulares dos colegas que pesquisam nessa área, principalmente dos professores da UFPB, a partir dos próprios orientadores, a Professora Emilia Moreira e o Professor Ivan Targino. A internet serviu de porta de acesso aos vários *sites* de busca, dentre os principais: livraria virtual, estante virtual, Universidade de São Paulo, Universidade de Presidente Prudente e as revistas: Raízes, Okara e Tempo Social, dentre outras, que certamente aparecerão nas referências.

Foi também efetuado um amplo levantamento de dados secundários. Para levantar esses dados, foram visitados os órgãos que atuam no levantamento e controle de dados sobre a questão agrária e econômica do estado da Paraíba, tais como: o IBGE-PB, a Superintendência

do Incra na Paraíba (INCRA-PB), o Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA) nas unidades regionais de Alagoinha e João Pessoa, a Prefeitura Municipal de Bananeiras e a Emater de Bananeiras. As informações levantadas dizem respeito à estrutura fundiária, às relações de trabalho existentes no município de Bananeiras e sua evolução, aos dados relativos à evolução da produção agrícola no município e às informações sobre o número de assentamentos criados. Consultamos também as entidades representativas dos trabalhadores rurais como a CPT/Guarabira, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras, além do MST/PB.

Um trabalho de campo foi realizado como estratégia de busca de elementos para fundamentar empiricamente o estudo. Entendemos que numa pesquisa geográfica o trabalho de campo é um instrumento de fundamental importância para o levantamento da base empírica que subsidiará o pesquisador. Os dados levantados, as entrevistas com os sujeitos, as fotografias, a visualização dos elementos da paisagem, o levantamento topográfico, o levantamento do uso do solo, a relação entre o visível e o vivido, tudo isso compõe um conjunto de possibilidades para as informações necessárias à concretização do trabalho. Notadamente, o campo por si só não garante ao pesquisador a concretização de um trabalho científico. No entanto, ele representa um instrumento de pesquisa muito importante para o enriquecimento de uma investigação.

Lourenço (2005) entende o trabalho de campo como “laboratório geográfico por excelência” (p. 38). Lacoste, sem dar menos importância ao trabalho de campo, chama a atenção para o envolvimento dos sujeitos, tanto no período da pesquisa em si como na participação dos resultados por serem pessoas diretamente interessadas na pesquisa. Para ele, “O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável”. (LACOSTE 1985 p. 20). Para Kayser (1985, p. 31), “A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social. Trata-se, repetimos, de situação social e não de situação espacial”.

No caso do recorte estudado, o trabalho de campo consistiu: a) na realização de entrevistas estruturadas e não estruturadas junto aos(as) chefe(s) de 20 famílias (31% das 64 famílias assentadas no Assentamento Nossa Senhora das Graças)². A escolha das famílias entrevistadas dependeu da disponibilidade de cada uma e do aceite formal em participar da

² Embora o Incra tenha assentado 62 famílias, lá se encontram hoje 64.

pesquisa. Algumas dessas entrevistas foram tão informais que se transformaram em conversas durante a caminhada pelos lotes, ou antes do início das assembleias ou no terraço da casa de alguns dos assentados que já conhecíamos; b) na elaboração de um perfil do Assentamento com base em entrevistas com representantes da Associação de Moradores do Assentamento, diretor e professores da escola e assentados; c) em visitas aos lotes, à casa de farinha, à escola e a outros setores do Assentamento; d) na aplicação de questionários a 19 estudantes do 4º. e do 5º. ano do ensino fundamental da escola existente na comunidade (10 alunos do 4º. ano e 9 alunos do 5º. ano). Os roteiros de entrevista, o formulário para elaboração do perfil do assentamento e o questionário aplicado aos estudantes encontram-se nos apêndices do trabalho.

Das famílias entrevistadas, a menor é composta de duas pessoas e as maiores de seis pessoas, considerando apenas os membros da família que residem na casa. A média de pessoas por família é de 4 membros.

Tudo começou em março de 2006, em visita ao Sítio Caboclo, como era chamada a área da Fazenda Caboclo que deu origem ao Assentamento Nossa Senhora das Graças, para rever familiares que há anos não visitávamos. O pesquisador, acompanhado de sua mãe, que o estimulou a fazer a visita ao lugar, percebeu que haviam ocorrido significativas alterações na sua paisagem. As mudanças se deram tanto em relação aos produtos cultivados (desaparecimento de culturas importantes para a manutenção do antigo latifúndio) como em relação à infraestrutura (novas casas, cisternas de placas, energia, etc.). Os elementos inseridos ou modificados no lugar em apenas uma década foram de tamanha significância que chamou a atenção do então visitante, no sentido de buscar explicações teórico/metodológico/conceituais para o desenvolvimento de uma investigação científica.

Quase um ano mais tarde, em fevereiro de 2007, ao ingressar no PPGG/UFPB como aluno especial da disciplina Espaço e Campesinato, ministrada pelo Professor Ivan Targino e pela Professora Emília Moreira, ainda não tínhamos um projeto definido para desenvolver no curso de mestrado, no qual pretendia ingressar como aluno regular. Durante as discussões sobre as transformações ocorridas no espaço agrário em decorrência do desenvolvimento do capitalismo no campo, veio-nos à mente a situação presenciada no antigo sítio Caboclo. Daí, surgiu a ideia do projeto. Fomos instigados a buscar respostas que pudessem esclarecer as reconfigurações espaciais e as possíveis (re)delimitações (re)definições territoriais que teriam ocorrido na antiga propriedade onde se situava o Sítio Caboclo, e no interior do mesmo.

A primeira visita ao assentamento, como parte do trabalho de campo ocorreu no final do mês de junho de 2007, quando foram realizadas as primeiras observações, os primeiros registros fotográficos e os primeiros contatos com os assentados. Essas conversas foram importantes para a identificação do pesquisador com a comunidade. Essa identificação foi facilitada pelo fato de o pesquisador ter sua origem no lugar e ter ramificação familiar entre os assentados.

A partir dessas observações e contatos preliminares, passamos a construir um elenco de questionamentos voltados para a definição da problemática a ser investigada, momento em que se iniciou o levantamento bibliográfico que deu a base teórica para a elaboração do projeto. Paralelamente à elaboração do projeto, continuamos conversando com a orientadora que aprovou a ideia de se trabalhar o projeto no mestrado. Com a aprovação do projeto e o ingresso no Mestrado como aluno regular, surgiu a necessidade de voltar ao campo, com a certeza de que ali seria o lugar da pesquisa, tendo em vista que o projeto havia sido aprovado.

Assim sendo, definimos a área geográfica para investigação como sendo o município de Bananeiras, situado no Brejo Paraibano, e o objeto de estudo, a Fazenda Caboclo, e, dentro desta, o antigo sítio Caboclo, hoje Projeto de Assentamento Nossa Senhora das Graças.

A definição do objeto de estudo colocou o pesquisador em sintonia com o lugar, tornando as visitas bem mais frequentes e demoradas; fez aumentar o interesse por tudo que se referia à antiga Fazenda Caboclo e, por extensão, aos demais assentamentos do município de Bananeiras e do Brejo Paraibano.

Foram muitas as visitas para levantamento de dados, registro fotográfico, entrevista com assentados, participação em reuniões na Associação dos Moradores do Assentamento, levantamento dos afloramentos cristalinos e mapeamento do uso do solo; visitas e aplicação de questionários junto a professores e alunos nas duas escolas onde os filhos dos moradores do PA Nossa Senhora das Graças estudam. As viagens destinadas a trabalhos de campo tiveram tempo de duração variado: umas tiveram duração de um dia, outras de dois e outras de três dias, dependendo do que se planejava para cada visita.

O fato de ter raízes naquela comunidade facilitou a relação do pesquisador com os assentados. No início, surgiram algumas dúvidas que davam origem a diversos questionamentos por parte dos assentados, do tipo: “Você trabalha no Incra?” “Você é da

Universidade?” “Isso é coisa do Banco?” “Pra que é esse trabalho?” “Vai trazer o que de bom pra gente?” Estas eram as perguntas mais frequentes que se ouviam durante as entrevistas e nas reuniões da Associação, principalmente nos momentos que antecediam o início da reunião. Após algumas visitas, as pessoas foram adquirindo confiança, os moradores se identificaram com a pesquisa e passaram a trazer algumas informações de forma espontânea para enriquecer o trabalho. O pesquisador passou a ser convidado para participar das reuniões e algumas vezes solicitado a tecer opinião nas discussões, principalmente quando se tratava de assuntos relacionados ao Banco ou ao INCRA.

As viagens para trabalhos de campo não se limitaram apenas ao PA Nossa Senhora da Graças. Além dele, visitamos: a casa do ex-proprietário da fazenda, onde realizamos entrevista com o mesmo; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras, para levantamento de dados e entrevista com a direção; os assentamentos Santa Vitória em Bananeiras e São Francisco III em Solânea, onde foram realizadas entrevistas com trabalhadores que participaram da luta pela reforma agrária na região e que estão residindo nesses assentamentos; o Campus III da UFPB, localizado em Bananeiras e a EMATER/Bananeiras, para tentar identificar possíveis projetos desenvolvidos nos assentamentos rurais, especialmente no PA Nossa Senhora das Graças; e o Centro Cultural Isabel Burity (Acervo Histórico Municipal e Biblioteca), onde pudemos conversar com o então Diretor, o historiador Manoel Luiz Silva que fez algumas sugestões bibliográficas para este trabalho. Nos capítulos que compõem a dissertação, encontram-se alguns trechos das entrevistas realizadas.

Além do trabalho de campo e do levantamento de dados secundários, um trabalho cartográfico foi realizado, a partir da utilização de fotografias aéreas e mapas do Estado da Paraíba e do município de Bananeiras, além das plantas dos assentamentos rurais localizados no município. Essas plantas possibilitaram a elaboração de um croqui dos lotes, desenhando-os para melhor identificar e analisar as formas de uso da terra.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro resgata a formação territorial e a organização do espaço agrário do município onde se localiza a antiga Fazenda Caboclo, o município de Bananeiras. O segundo aborda a questão da terra no município de Bananeiras, dando ênfase à luta pela terra e à formação de assentamentos rurais no lugar. O terceiro descreve as formas de organização da produção e do trabalho e as relações de poder estabelecidas na Fazenda Caboclo, antes da desapropriação até o momento

em que esta é transformada em áreas de Assentamento. O quarto e último capítulo apresenta o processo de constituição do Projeto de Assentamento Nossa Senhora das Graças e sua forma de organização territorial atual, buscando entender até que ponto ele pode ser entendido como um território de esperança. Nas considerações finais, fazemos uma reflexão sobre as contradições presentes no processo de construção de um território de esperança com base no estudo realizado.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE BANANEIRAS

Situado na microrregião do Brejo Paraibano (Fig.1), limitando-se com os municípios de Dona Inês ao Norte, Pirpirituba e Borborema ao Sul, Campo de Santana e Belém a Leste e Solânea a Oeste, o município de Bananeiras, com uma superfície de 258 km², apresenta características de duas regiões naturais fortemente diferenciadas: o Brejo e o Curimataú³, o que contribui para a diversidade das paisagens naturais e socioeconômicas nele encontradas.

O município possui uma população de 21.854 habitantes, com forte concentração na zona rural (60,3% do total) (Tab. 1). Da década de 1970 até 2000, observa-se uma importante redução do seu contingente populacional (Tab.1). Entre 2000 e 2010 verifica-se uma tímida tendência de inversão nesse processo com um ligeiro aumento da população (Tab. 1). Chama a atenção o processo contínuo de esvaziamento do campo e o crescimento significativo da população urbana (Tab. 1).

Os primeiros resultados do censo de 2010 dão conta de que a população é composta de 10.786 pessoas do sexo masculino e 11.068 pessoas do sexo feminino. No que se refere à distribuição da população segundo a idade, os dados do censo de 2010 ainda não estão disponíveis. Com base no censo de 2000, dois aspectos chamam a atenção: a) a forte presença de uma população jovem: do total da população residente no município em 2000, 54,3% tinha idade entre 0 e 24 anos, sendo que 34% inseriam-se na faixa etária de 0 a 14 anos; b) o número significativo de idosos: a população com 65 anos e mais representava 8,7% do total da população residente (Gráfico 1).

³ Enquanto o Brejo Paraibano é um “brejo serrano” isto é um brejo de altitude, de encostas voltadas para os ventos, com um microclima local marcado por médias térmicas em torno de 25°C, umidade relativa do ar situada em torno de 80% e uma estação seca curta, durando de 1 a 3 meses, o Curimataú compreende tanto uma área de brejos serranos de clima subúmido seco, como uma depressão tectônica de clima semiárido acentuado (MOREIRA, inédito).

MICRORREGIÃO DO BREJO PARAIBANO

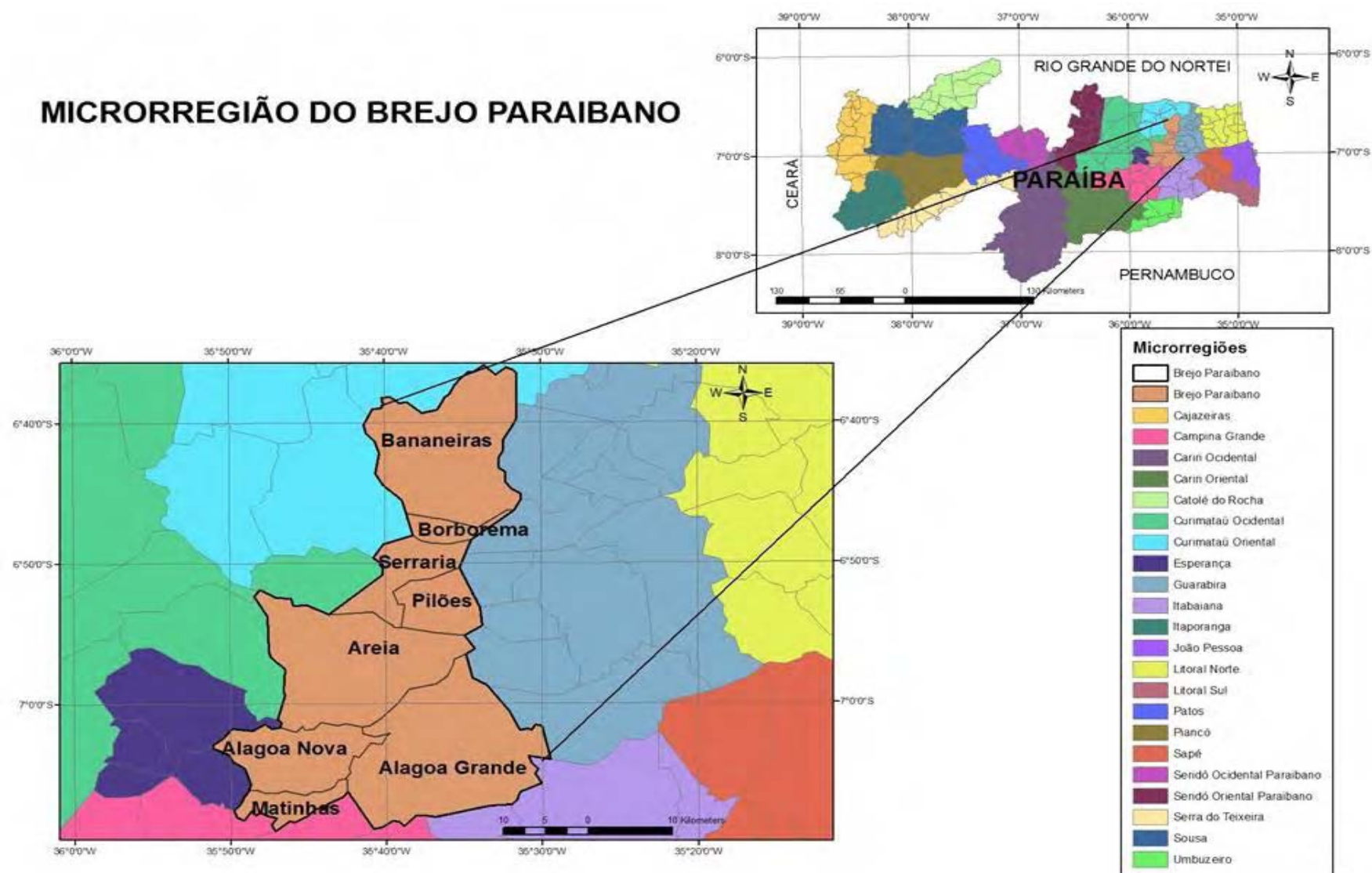


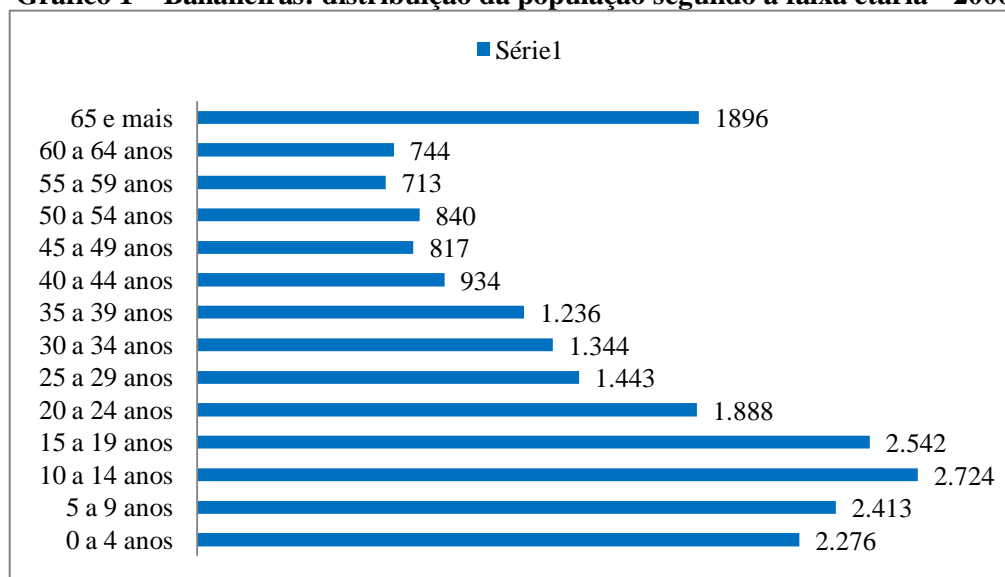
Fig. 01 – Localização do município de Bananeiras na microrregião do Brejo Paraibano
 FONTE: Adaptado do IBGE.

Outro aspecto que se destaca em 2000 é a forte presença dos jovens e idosos no campo. De fato, do total de jovens de até 24 anos residentes no município no ano 2000, 66,4% residiam na zona rural, sendo que o percentual das crianças de até 14 anos vivendo no campo era de 67,1%. No caso dos idosos, 65,0% do total também habitava na zona rural. Por conseguinte, qualquer planejamento de desenvolvimento local não pode deixar de lado esta realidade.

Tabela 1- Bananeiras - Evolução da população residente total e por local de domicílio

Ano	Situação do domicílio	Habitantes
1970	Total	27.469
	Urbana	4.016
	Rural	23.453
1980	Total	25.009
	Urbana	4.160
	Rural	20.849
Variação % 1970-1980	Total	-9,0
	Urbana	3,6
	Rural	-11,1
1991	Total	23.157
	Urbana	5.760
	Rural	17.397
Variação % 1980-1991	Total	-7,4
	Urbana	38,5
	Rural	-16,6
2000	Total	21.810
	Urbana	7.590
	Rural	14.220
Variação % 1991-2000	Total	-5,8
	Urbana	7,9
	Rural	-18,3
2010	Total	21.854
	Urbana	8.667
	Rural	13.187
Variação % 2000-2010	Total	0,2
	Urbana	14,2
	Rural	-7,3

FONTE: IBGE – Censos demográficos de: 1970, 1980, 1991 e 2010

Gráfico 1 – Bananeiras: distribuição da população segundo a faixa etária - 2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000

1.1 A formação do território

O território do atual município de Bananeiras já não possui as configurações originais do início de sua colonização. Ao longo do seu povoamento, o município, cujas terras começaram a ser desbravadas pelo homem branco nas três primeiras décadas do século XVII (MEDEIROS, 1960), já passou por várias configurações. Desde o seu desligamento da jurisdição da vila de São Miguel da Bahia de Traição⁴ em 1822, quando ficou vinculado à jurisdição de Areia, até o momento atual, ele já perdeu mais de 50% de suas terras em prol do surgimento de outros municípios. De fato, como pode ser observado na Figura 2, do desmembramento do território de Bananeiras surgiram 4 municípios, quais sejam: Araruna (1876), Solânea (1953), Borborema (1959) e Dona Inês (1959), alguns dos quais também foram posteriormente desmembrados dando origem a novos municípios (Fig. 2).

Para Medeiros (1960), passados dez anos sob a jurisdição de Areia, Bananeiras foi elevada a condição de vila, assim permanecendo até o dia 16 de outubro de 1879, quando recebeu foros de cidade.

Mesmo identificando o início do século XVII como marco do processo de ocupação inicial das terras bananeirenses, Medeiros (1960) afirma que seus primeiros desbravadores, conhecidos pelos nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo, ali obtiveram sesmarias, em

⁴ “Povoação do município de Mamanguape, no distrito de Baía da Traição, situada num outeiro à margem ocidental da lagoa de Acajutibiró” (MEDEIROS, 1960, p. 237).

1716. Contudo, Tavares (1909), ao verificar os livros de registros existentes no Arquivo Público de sesmarias cedidas no território paraibano no período de 1696 a 1797, afirma que a concessão da sesmaria que estabeleceu Domingos Vieira e Zacarias de Melo nas terras bananeirenses se deu em 28 de fevereiro de 1719, isto é, três anos após a data mencionada por Medeiros.

As informações contidas na obra clássica de Tavares (1909) são bastante esclarecedoras no que se refere à data da concessão da sesmaria que estaria vinculada ao território do que viria a ser posteriormente o município de Bananeiras. Ele esclarece que Domingos Vieira e Zacarias de Melo eram moradores de Mamanguape e criadores de gado. Convém aqui ressaltar que o limite territorial do município de Mamanguape originalmente estendia-se do litoral até a altura do Brejo Paraibano, abrangendo uma área de 5.071,0 km² (MOREIRA et al, 2003).

Nº 162 em 28 de Fevereiro de 1719

Domingos Vieira Machado e Zacarias de Melo moradores em Mamanguape, tendo suas criações de gados não tinham terras suficientes para as crearem, e de presente havião descoberto umas terras e as tinham situado por estarem devolutas, as quaes pedião por datas, cujas terras são nas testadas dos índios *Sucuru's* na serra da *Cupaóba* pelo riacho da *Canafistula*, duas legoas de comprido e uma de largo, buscando para o nascente e outras duas de outra testada da mesma aldeia dos *Sucuru's* buscando a *Muricituba* e outras duas de largo, buscando também o nascente e vem a contestarem e fazerem quatro na largura sempre pelas testadas da dita aldeia da parte do nascente, cujas terras supposto fossem dadas em algum tempo, estão devolutas e por taes e estarem já povoadas haveria quatro ou cinco mezes requerião duas legoas de comprido e duas de largo para cada um, para apanharem um olho d'agua nesta forma que de outra sorte a não tinha na forma confrontada em sua petição pela dita testada da aldeia e indo contestar um com 'o outro para o nascente. Fez-se a concessão na forma requerida, no governo de Antonio Velho Coêlho (TAVARES, 1909, p.110).

No período que vai das três primeiras décadas do século XVII até 1719, ou seja, aproximadamente um século, não foram encontrados registros de fixação dos colonizadores no território bananeirense. Mas, para Luis da Silva (2007), em 1624: “Bananeiras estava sendo ocupada para a fundação dos engenhos. Os primeiros povoadores adquiriram terras nos Contrafortes da Serra da Cupaóba, ...” (SILVA, 2007, p. 97). Segundo esse autor, em 1636 “Elias Herckmans como Diretor Holandês da Capitania em excursão de reconhecimento chega à Serra da Cupaóba e era sua intenção alcançar a cachoeira do roncador, que já se falava sobre a existência de ouro no local.” (p. 97).

MUNICÍPIOS ORIGINADOS A PARTIR DA DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS

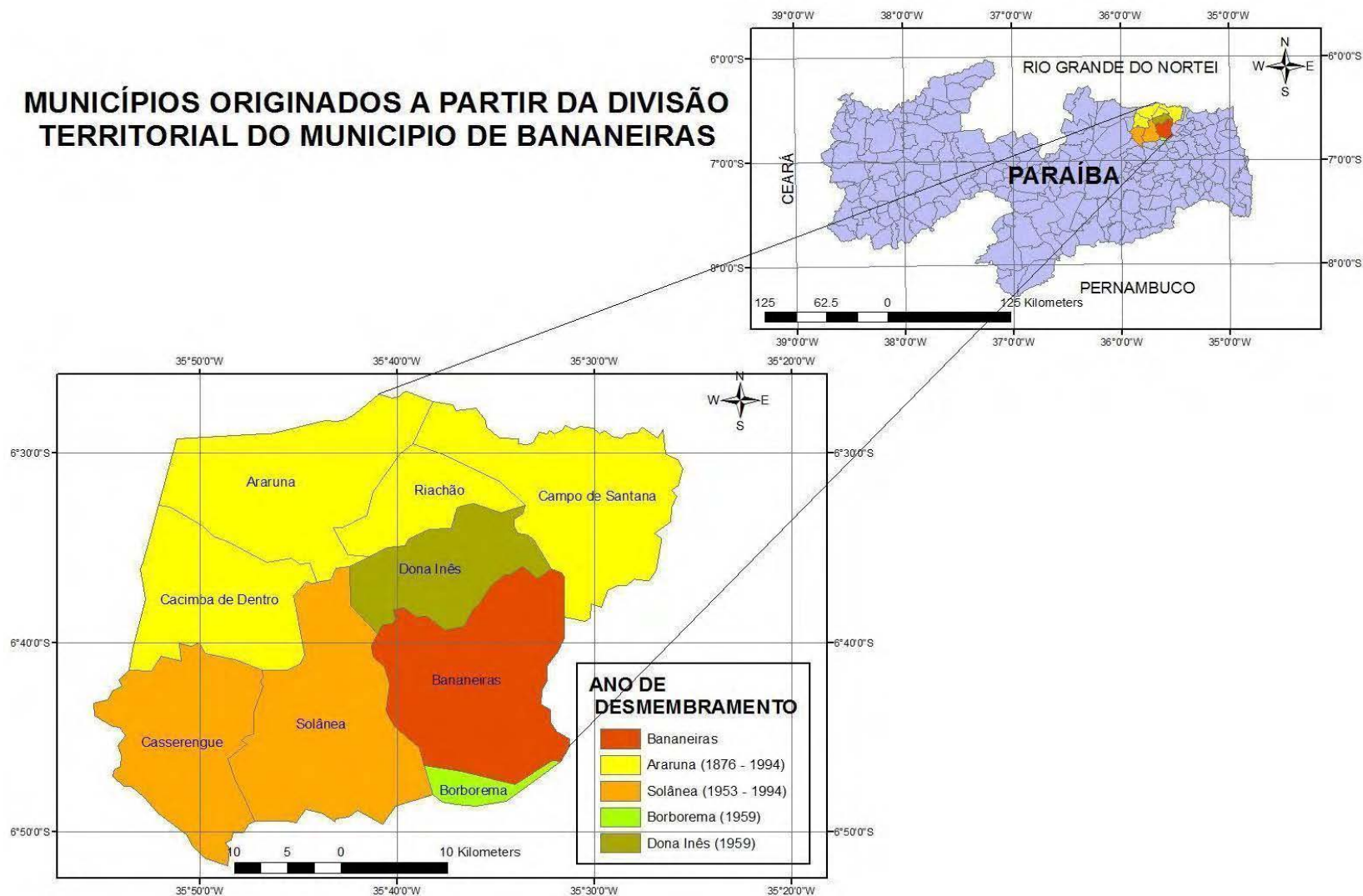


Fig. 02 – Evolução histórica da divisão territorial de Bananeiras para dar origem a outros municípios.
FONTE: Adaptado do IBGE. 2010.

O que se tem registros é que a ocupação da região do Brejo através da concessão de sesmarias estende-se da terceira década do século XVII até a segunda década do século XVIII. O rio Curimataú, que tem sua nascente no município de Barra da Santa Rosa e cortava o território de Bananeiras, teve o seu vale todo dividido com a concessão de sesmarias, e serviu como referência para a localização e a delimitação de grande parte das terras no momento da definição de sua ocupação.

Com base em Tavares (1909), no período que vai de 1619 a 1719, várias sesmarias foram concedidas no vale do rio Curimataú, o que nos permite deduzir que algumas dessas se localizavam no território bananeirense. Talvez pelo fato da bacia desse rio banhar vários municípios, nenhum estudioso tenha identificado quais sesmarias localizavam-se na área específica de Bananeiras. Já no caso específico dos sesmeiros Domingos Vieira Machado e Zacarias de Melo, apontados como os pioneiros no processo de ocupação do lugar, não foi difícil concluir que eles se estabeleceram realmente no território municipal, tendo em vista a referência utilizada para a identificação da referida sesmaria, o riacho Canafístula, ter sua nascente no município de Solânea (que na época pertencia ao município de Bananeiras) e ser um riacho de dimensão pequena, comparado com o rio Curimataú.

A serra da Cupaóba foi outro ponto de referência bastante utilizado para a localização e identificação das sesmarias, no momento da solicitação e registro de sua concessão. Essa serra, assim como o rio Curimataú, abrange vários municípios da mesorregião agrestina, o que dificulta um maior detalhamento das informações sobre o processo de ocupação da região, através do histórico de concessão das sesmarias. Só um estudo mais acurado sobre o tema poderá identificar com maior precisão o processo de ocupação do território bananeirense nos primórdios de sua ocupação.

Na formação inicial do território bananeirense, o rio Curimataú dividia suas terras em duas porções situadas nas margens direita e esquerda. Com o passar do tempo, o município perdeu toda a área territorial situada à margem esquerda do rio, para dar origem a outros municípios, como já foi mencionado⁵. Atualmente, o rio constitui o marco de limite entre Bananeiras e os municípios de Solânea, Dona Inês e Campo de Santana.

⁵ Segundo o IBGE: “Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Bananeiras, Borborema, Moreno e Pilões do Maia. Pelo decreto-lei estadual nº 1164, de 15-11-1938, o distrito de Pilões do Maia passou a denominar-se simplesmente Maia. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Bananeiras, Borborema, Moreno e

Com exceção da capital que se originou com foros de cidade, os demais municípios da Paraíba, que se tornaram vila e depois cidades, segundo Almeida (1978), “nasceram quase todas ao redor de uma capela, que o fervor religioso erigia em homenagem a uma das muitas entidades celestiais. O santo ou a santa de sua invocação passava a poderoso padroeiro do lugar com a criação da vila” (ALMEIDA, 1978, p. 153).

No caso de Bananeiras, a padroeira é Nossa Senhora do Livramento, em homenagem a santa que, segundo Nóbrega (1968), teria salvo, através das mãos de uma índia tapuia, o caçador Gregório da Costa Soares. Oriundo da aldeia dos Sucurus, localizada na serra de Cuité, esse caçador teria sido capturado pelos nativos da região, após se perder dos companheiros que o acompanhavam para a prática da caça. Percebendo que seria transformado em alimento para os nativos, amarrado de cipó no meio da noite, submetido aos ataques dos mosquitos e outros insetos, apelou para a Virgem do Livramento que o salvasse daquela situação, com a promessa de que edificaria uma capela naquele lugar, em sua homenagem. Vendo-se livre das amarras dos índios, o caçador, numa forma de gratidão, casou-se com a índia que o salvou e mais tarde construiu uma capela em homenagem a nossa Senhora do Livramento, a qual ficou como padroeira da cidade até os dias atuais. Com o desenvolvimento da cidade, a capela foi sendo restaurada e hoje representa um dos principais cartões postais do município e principal símbolo da religiosidade do lugar.

Segundo Medeiros (1960, p. 28), o povoamento do território bananeirense evoluiu a partir do fundo de um vale, onde se situou o distrito sede e depois tomou a direção do planalto. É sobre o planalto que se desenvolveram os aglomerados que deram origem ao antigo distrito de Moreno, hoje município de Solânea, e ao município de Dona Inês. O nome

Maia ex-Pilões de Maia. Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31-12-1943, é criado o distrito de Dona Inês, com áreas desmembrada do distrito sede de Bananeiras. Sob a mesma lei o distrito de Borborema passou a denominar-se Camuçá e o distrito de Moreno a denominar-se Solânea. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 5 distritos: Bananeiras, Camuçá ex-Borborema, Dona Inês, Maia e Solânea ex-Moreno. Pela lei estadual nº 120, de 17-09-1948, o distrito de Camuçá voltou a denominar-se Borborema. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 5 distritos: Bananeiras, Borborema ex-Camuçá, Dona Inês, Maia e Solânea. Pela lei estadual nº 967, de 26-11-1953, desmembra do município de Bananeiras o distrito de Solânea. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 4 distritos: Bananeiras, Borborema, Dona Inês e Maia. Pela lei estadual nº 2133, de 18-05-1959, desmembra do município de Bananeiras o distrito de Borborema. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 241 de 19-06-1959, desmembra do município de Bananeiras o distrito de Dona Inês. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Bananeiras e Maia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Pela lei estadual nº 4520, de 10-11-1983, é criado o distrito de Taboleiro e anexado ao município de Bananeiras. Em divisão territorial datada de 18-VIII-1988, o município é constituído de 3 distritos: Bananeiras, Maia e Taboleiro. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007” . Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 12 ago. 2010.

do município tem origem a partir de um bananal situado às margens de uma lagoa, e se mantém até os dias atuais, resistindo a toda sua evolução econômica, histórica e cultural.

1.2. A organização do espaço agrário

Como nos demais municípios do Brejo Paraibano a produção agrícola de Bananeiras sempre foi diversificada, com produtos destinados ao autoconsumo e produtos voltados para o mercado interno e externo. Esses produtos destinados ao mercado marcaram época em todo Agreste paraibano, sua ascensão e declínio dependeram sempre da conjuntura do mercado. Segundo Moreira e Targino (1997), as culturas comerciais que contribuíram para a afirmação do Agreste como região policultora por excelência são: o algodão, o café, o sisal, a cana, o fumo, dentre outras. “Enquanto a exploração do café e da cana restringiu-se ao Brejo, a dos demais produtos expandiu-se por toda a região” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 82).

Do ponto de vista da produção agrícola, o município reproduziu a dinâmica regional. Além da produção de cana em engenhos e da policultura alimentar, foi também importante produtor de algodão. Mas, foi o café que se notabilizou na economia municipal. Segundo Mariz (1985), Bananeiras foi um dos grandes centros produtores de café do Brasil, principalmente nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O café não se desenvolveu com a violência moderna que impulsionou o algodão noutros centros do país e aqui mesmo no Estado. Os tempos, os transportes, os braços desarmados da mecânica, eram outros. Só no ultimo quartel do século XIX e primeiro do presente, ele tomou em Bananeiras o vulto de lavoura capaz de criar um episódio original de civilização econômica. Até 1925 este município foi, na Paraíba, o centro, a terra da floração esplêndida da mesma lavoura que fazia o fulgor de S. Paulo. E fez, dentro da relatividade das condições regionais, um instante de fulgor de vossa evolução (MARIZ 1985 p. 42).

As condições naturais conferiam a Bananeiras características assemelhadas às áreas produtoras de café do Sudeste e do Sul do Brasil. Essas condições (solos arroxeados e clima suave de serra), segundo Almeida (1978), eram comparadas, pelos visitantes, às de lugares como Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, e até mesmo a de países como a Bélgica, guardadas as especificidades inerentes a cada tipo climático.

Trazido de Mamanguape, a princípio como experiência, segundo Mariz (1945), por um aventureiro chamado Tomé Barbosa, o café se adaptou ao solo do brejo como se esse fosse seu verdadeiro *habitat*, chegando a transformar a região, principalmente o município de

Bananeiras, em um centro produtor dessa cultura. Isso motivou a formação do que Nóbrega define como: “A aristocracia rubiácea dos Neves, dos Rochas, dos Guedes Pereiras, dos Coutinhos, dos Mirandas, dos Carneiros da Cunha e Bezerra Cavalcante, dos Guimarães, dos Barbosas de Melo, dos Cordeiros, dos Monteiros, dos Silvas Pintos, dos Freires e tantas outras famílias” (1968, p. 22).

Essa aristocracia, ao mesmo tempo em que contribuía através da introdução da cultura do café com a modificação da paisagem no campo, se enriquecia dando origem aos chamados “barões do café” (MOREIRA E TARGINO, 1997) que investiram na edificação, nas principais ruas da cidade, de verdadeiros casarões (Figs. 03 e 04), que denunciavam a opulência vivida no lugar por essa aristocracia que detinha não apenas o poder econômico, mas também o poder político e até religioso.



Figs. 03 e 04 – Centro da cidade de Bananeiras. Casarões construídos no período áureo do café.
Arquivo: Manoel Vieira da Silva, 2010.

Esses casarões são o principal testemunho do domínio da cultura cafeeira na região do Brejo Paraibano. Alguns deles são conservados até hoje, outros foram transformados em estabelecimentos comerciais e há os que estão em estado de deterioração devido a falta de manutenção por parte dos atuais proprietários e do poder público municipal.

Mensagem enviada à Assembléia Legislativa pelo presidente Sá e Albuquerque, no dia 3 de maio de 1852, permite deduzir que a introdução do café em Bananeiras se deu em meados do século XIX.

A cultura do café aceita com tanto agrado pelo território de algumas villas da provincia é digna de muita animação de vossa parte e da parte do governo. A especie cultivada na Villa de Bananeiras e em algumas outras é de excelente qualidade. Acredito que daqui a alguns annos a cultura de cana nessas villas será substituída pela do café. As despesas de transporte avultando nos gastos de produção do assucar, que por tão baixo preço é sempre vendido no mercado desta cidade, a plantação da canna e fabrico do assucar exigindo mais despesas, maior numero de braços e mais rigorosos do que a plantação e colheita do café, a extinção do tráfico que tem de tornar ainda mais raros os braços do campo e sobretudo a aptidão e propriedade dos terrenos para cultura do café aconselham e talvez acelerão a substituição da canna pelo café. (SÁ ANDRADE, 1852, apud ALMEIDA, 1980, p. 587).

O município de Bananeiras chegou a ser o maior produtor de café do Estado, chegando a produzir um terço de todo o café paraibano. O café se expandiu por áreas antes consagradas à cultura da cana, como afirma Almeida (1980): “Acentuou-se, ultimamente, a tendência de substituir a cultura da cana preta pela do café. Em Bananeiras a *Coffea arábica* já é a principal cultura, com uma produção média de 50.000 sacos de 50 quilos.” (ALMEIDA, 1980, p. 586).

Celso Mariz, na conferência proferida na sede do Bananeiras Club, no dia 26 de março de 1944, fez menção ao café com a afirmação:

O café criou aqui uma aristocracia territorial, social e dinheiruda, encabeçada pelos nomes de Targino Neves, Virgínio Barbosa de Melo, Felinto Rocha, os Gudes Pereira, os Bezerra Cavalcante e Carneiro da Cunha e os Maia. A estes seguiam os Freire Bacupari, os Cordeiro de Mijona e numerosas outras famílias, com igual ou menor representação. Representação em número de pés nos campos cortados da rubiácea, e representação da maioria deles no domínio da sociedade e da política local e do Estado (MARIZ, 1985, p. 42).

É também Celso Mariz quem afirma que municípios como Bananeiras, Alagoa Nova, Serraria e Areia chegaram a possuir cerca de 6 milhões de cafezais e que Bananeiras sozinho atingiu a produção de 150 mil arrobas (MARIZ, 1978).

Nas regiões onde o café historicamente foi importante para a economia sua produção superou todas as crises e permanece até hoje dividindo espaço com outras culturas. No Brejo, porém, o período áureo do café teve curta duração. “Em 1920, uma praga denominada “*Cerococus Parahybensis*” se alastrou pelos cafezais, dizimando-os em menos de cinco anos” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 93).

As previsões e a empolgação de Sá Andrade foram frustradas com o fim da cultura do café em Bananeiras e no Brejo Paraibano. Já a cana, com a derrocada do café, voltou a ocupar

lugar de destaque na economia brejeira, resistindo às crises e atravessando séculos sem encerrar, de forma definitiva, o seu ciclo.

Essencialmente agrária e dependente do mercado ora interno, ora externo, a região do Brejo volta-se, com a crise de acumulação provocada pela desarticulação da produção cafeeira, para as suas combinações agrícolas tradicionais: agricultura de subsistência, cana e gado. Concomitantemente, alguns proprietários rurais tentaram desenvolver outras culturas de mercado como o fumo em estufa e a amoreira para a produção do bicho da seda. Estas experiências, por motivos vários, acabaram frustradas. Diante de tal insucesso, eles voltaram a investir na atividade canavieira dando origem a um novo período de hegemonia desta cultura (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.94).

O fumo foi cultivado em Bananeiras e em outros municípios do Brejo, sendo durante algum tempo exportado para os estados do Amazonas e Pará, chegando a dar origem a uma fábrica de fumo no distrito de Moreno, conforme afirma Sá Andrade (1852):

O fumo é muito cultivado, principalmente nas chapadas de Bananeiras e em Alagoa do Remígio, do município de Areia. Foi ainda mais florescente, quando se exportava o produto, em grande escala e a alto preço, para o Amazonas e o Pará.

O plantio é feito em leirões, para evitar o excesso de umidade. Três meses após a transplantação chega o tabaco à maturidade. O curtimento das plantas é feito, à sombra, em estaleiros, dependurados em varas.

É uma indústria tentadora: o dr. Celso Cirne, sempre dominado por iniciativas avançadas acaba de fundar em Moreno uma pequena fábrica de charutos muito apreciados.

Toda a zona brejosa se presta inigualavelmente, à cultura de cereais. Mas a falta de transporte tem embaraçado o desenvolvimento dessa fonte de riqueza que nos Estados Unidos corresponde a mais da metade do valor do conjunto das colheitas e tende a expandir-se, cada vez mais, com o aumento da população (ALMEIDA 1980, p. 587-588)

Segundo Almeida (1980), a estimativa da produção agrícola de Bananeiras para o ano de 1922 incluía os seguintes produtos agrícolas: a batata doce, o alho, a banana, o tabaco, a mamona, a manga, o algodão do campo, o milho, o feijão macaçar, o feijão mulatinho, o arroz em casca, a farinha de mandioca e o café (Quadro 1). Embora ele não faça menção à cana-de-açúcar, ao relacionar a aguardente e o açúcar em rapadura ele está confirmando a presença da mesma nas combinações agrícolas municipais naquela data (Quadro 1). Chama a atenção, na análise dos dados, a importância assumida no cenário estadual pela produção da banana, do café e do fumo de Bananeiras (Quadro 1).

Nº	Unidades territoriais	Bananeiras	Paraíba	%
	Produto			
1	Batata doce (mil quilos)	1.000,00	8.371,90	11,94
2	Alho (quilos)	200,00	37.100,00	0,54
3	Banana (cachos)	5.000,00	6.364,90	78,55
4	Aguardente (mil litros)	60,00	2.894,50	2,07
5	Tabaco em corda (mil quilos)	1.200,00	5.320,85	22,55
6	Mamona (quilos)	5.000,00	495.700,00	1,00
7	Manga (centos)	500,00	386.102,00	0,13
8	Algodão do campo (mil quilos)	160,00	38.234,00	0,42
9	Açúcar em rapadura (mil quilos)	110,00	24.922,00	0,44
10	Milho (mil quilos)	100,00	522.040,10	0,02
11	Feijão macáçar (mil quilos)	30,00	18.399,15	0,16
12	Feijão mulatinho (mil quilos)	10,00	2.321,60	0,43
13	Arroz em casca (mil quilos)	30,00	7.042,35	0,43
14	Farinha de mandioca (mil quilos)	2.385,00	118.099,36	2,02
15	Café beneficiado (mil quilos)	3.600,00	10.666,40	33,75

Fonte: Almeida (1980).

Quadro 01 – Principais produtos agrícolas do município de Bananeiras e sua relação em porcentagem com a produção estadual numa estimativa para o ano de 1922

Com o fracasso da cultura fumageira e da experiência com a produção de amoreira e do bicho da seda, a cana voltou a ocupar espaço no município. Só que, com a instalação em 1928 da Usina de açúcar Tanques no município de Alagoa Grande e, em 1930, da Usina Santa Maria em Areia, os antigos produtores de algodão, café, fumo e cana não aceitaram submeter-se à condição de fornecedores de matéria-prima para as usinas da região. Como forma de resistência à dominação das Usinas, eles passaram a plantar sisal que, no momento, apresentava bom preço no mercado internacional. Cana e sisal vão marcar a paisagem do Brejo até o final dos anos 60 do século XX ao lado da policultura alimentar (MOREIRA E TARGINO, 1997).

As culturas comerciais que marcaram época na história da ocupação do espaço agrário de Bananeiras foram predominantemente cultivadas nos latifúndios. A exceção foi o algodão cuja

expansão, não apenas no Brejo da Paraíba, mas em todo território estadual e nordestino onde foi cultivado se deu em todos os tamanhos de propriedade (grande, média e pequena) (ANDRADE, 1986; MOREIRA E TARGINO, 1997). O algodão podia ser plantado em associação com outras culturas alimentares, principalmente com o feijão, o milho e a fava, que são produtos tradicionais na região do Agreste-Brejo. Essa possibilidade de produção de alimentos associada ao algodão não eliminava a extração da renda da terra que era paga com a metade da produção que os parceiros colhiam. Por outro lado, possibilitava ao médio e pequeno produtor buscar uma opção de renda com o algodão sem comprometer, pelo menos a princípio, a soberania alimentar de sua família. “Desse modo, ao contrário do que aconteceu com o sisal, o algodão fortaleceu a produção de alimentos no Brejo”. (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 85)

A crise do sisal decorrente da queda dos preços no mercado internacional e da competição com as fibras sintéticas trouxe para a paisagem bananeirense a diversidade de culturas comerciais associadas à policultura alimentar que sempre esteve presente na pauta da produção agrícola municipal, juntamente com a atividade pecuária.

A partir da década de 1970, dois fatos impactaram na organização da produção agrária do município: a implantação do Proálcool e a consequente retomada da expansão da atividade canavieira; e o estímulo à atividade pecuária dado pela SUDENE. Cana e pasto passam a dominar o espaço agrário municipal. A fruticultura, em especial a produção de banana, tradicional no município, embora tenha sofrido com o avanço daquelas outras atividades, continuou compondo a pauta da produção agrícola.

A partir de 1985 e 1986, com a crise do algodão provocada pela praga do bicudo e, sobretudo, com a retração do Proálcool que culminou com o fechamento das usinas da região, ocorre uma reorganização da pauta dos produtos agrícolas municipais. Em 2009, os principais produtos da agricultura comercial municipal se reduzem apenas à banana (principal produto tanto em termos de área plantada como em valor produzido) e à cana, com uma área plantada muito reduzida e um baixo valor da produção, voltada principalmente para a produção de cachaça (Tab. 2). Dos produtos tradicionais da agricultura alimentar (mandioca, feijão e fava), destacam-se a mandioca, em termos de valor da produção e o feijão, em termos de área plantada, como pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2 – Bananeiras: principais lavouras segundo a área plantada e o valor da produção

Culturas	Área plantada (Hectares)	Valor da produção (Em Mil Reais)
Banana	2.100	7.258
Feijão (em grão)	1.300	438
Mandioca	1.200	1.296
Milho (em grão)	500	56
Fava (em grão)	200	56
Cana-de-açúcar	130	164

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2009.

Com relação à atividade pecuária, esta sempre esteve presente no município, sendo desenvolvida em paralelo às culturas agrícolas. À exceção das aves, o rebanho mais numeroso é o bovino. Analisando a série da produção pecuária municipal do IBGE de 1974 a 2009, constata-se que, embora dominante, o rebanho bovino sofreu importante redução a partir de 1994, caindo de 23.200 cabeças nesse ano para 13.200 cabeças em 2009. O rebanho suíno, caprino e ovino já foi maior, tendo alcançado em 1994, respectivamente, 2.980, 6.900 e 3.200 cabeças. Em 2009, o IBGE identificou 988 cabeças de suínos, 915 cabeças de caprinos e 1.200 cabeças de ovinos.

A estrutura fundiária do município já foi mais concentrada do que atualmente. De acordo com o cadastro de imóveis do INCRA de 1992, a malha fundiária de Bananeiras destacava-se pela forte presença de minifúndios e latifúndios (Tab. 3). As propriedades com menos de 5 hectares representavam 49,18% do total das propriedades e ocupavam apenas 5,14% da área dos imóveis rurais do município e tinham um tamanho médio de 2,42 hectares. Já as propriedades de 500 hectares ou mais, que representavam menos de 1% do total dos imóveis, ocupavam 36,07% das terras agrícolas do município. Em outras palavras, apenas 10 propriedades apenas concentravam quase $\frac{1}{4}$ das terras ocupadas por todos os imóveis rurais de Bananeiras (Tab. 3), o que equivale dizer que um grupo de 10 proprietários concentrava 9.795,2 hectares de terra.

Outra constatação importante, feita a partir da análise da tabela 3, é a grande diferença entre o tamanho médio das maiores e das menores propriedades. Enquanto o tamanho médio das propriedades de 0 a 5 hectares é de 2,42 hectares, o tamanho médio das propriedades maiores de mil hectares é de 1.165,10 hectares.

Tabela 3 – Bananeiras: Distribuição dos imóveis rurais segundo o grupo de área -1992

Grupos de área (ha)	Nº de imóveis	%	Área (ha)	%	Tamanho médio dos imóveis
0 a menos de 5	576	49,18	1.396,50	5,14	2,42
5 a menos de 10	247	21,10	1.690,30	6,22	6,84
10 a menos de 50	267	22,80	5.417,40	19,95	20,29
50 a menos de 100	41	3,50	2.921,50	10,76	71,26
100 a menos de 500	30	2,56	5.935,30	21,86	197,84
500 a menos de 1.000	5	0,43	3.969,70	14,62	793,94
1.000 e Mais	5	0,43	5.825,50	21,45	1.165,10
Total	1.171	100,00	27.156,2	100,00	322.5271ha

Fonte: INCRA/PB. Relação de Certificados de Cadastro Rural, 1992.

Em 2006, de acordo com o censo agropecuário publicado pelo IBGE, observam-se algumas alterações no quadro fundiário do município. Embora não seja possível comparar os dados de imóveis rurais do Incra com os dos estabelecimentos rurais do IBGE⁶, a distribuição dos estabelecimentos rurais apresentada apresenta algumas modificações (Tab. 4).

Os estabelecimentos com menos de 5 hectares correspondiam em 2006 a 67,7% do total e apropriavam-se de 17,3% da área dos estabelecimentos existentes no município, apresentando uma área média de 1,6 hectares, o que vale dizer que o processo de fragmentação da pequena unidade produtiva persiste, como persiste a presença do minifúndio. De outro lado, os estabelecimentos a partir de 500 hectares eram apenas 2 com tamanho médio de 756 hectares cada e se apropriando de 9,0% da área agrícola. Assim, é possível deduzir que houve também fragmentação das grandes unidades produtivas. No que se refere ao grau de concentração da propriedade da terra, verificou-se em 2006 uma concentração média com Índice de Gini⁷ da ordem de 0,613, o que permite deduzir que houve uma redução da concentração. Isto pode em parte ser explicado pela criação de 14 Assentamentos rurais de reforma agrária no município. Para entender esse processo, é importante não apenas analisar a

⁶ A impossibilidade de comparação dos dados relativos à estrutura fundiária das duas fontes deve-se ao fato do IBGE utilizar o estabelecimento agropecuário como base para o levantamento dos dados e o INCRA utilizar o imóvel rural. Enquanto o **Imóvel rural** é uma *unidade de posse* da propriedade da terra, o **estabelecimento** é uma *unidade de produção*. Assim, as áreas cultivadas pelos parceiros, ocupantes e arrendatários são contadas como estabelecimentos independentes pelo Censo (IBGE), mas não são incorporadas na declaração do proprietário no Incra (MOREIRA., 2007)..

⁷ Índice que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 maior a concentração.

estrutura fundiária municipal como também as relações de trabalho estabelecidas ao longo do tempo, no município.

Tabela 4 – Bananeiras: Estrutura Fundiária, 2006

Classes de área	No. de Est.	%	Área (ha)	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	20	0,7	0	0,0
De 0,1 a menos de 0,2 há	30	1,1	4	0,0
De 0,2 a menos de 0,5 há	236	8,7	64	0,4
De 0,5 a menos de 1 há	320	11,8	172	1,0
De 1 a menos de 2 há	490	18,0	553	3,3
De 2 a menos de 3 há	383	14,1	814	4,9
De 3 a menos de 4 há	197	7,3	625	3,7
De 4 a menos de 5 há	163	6,0	676	4,0
De 5 a menos de 10 há	512	18,9	3.412	20,4
De 10 a menos de 20 há	242	8,9	3.021	18,0
De 20 a menos de 50 há	87	3,2	2.438	14,5
De 50 a menos de 100 há	20	0,7	1.311	7,8
De 100 a menos de 200 há	10	0,4	1.186	7,1
De 200 a menos de 500 há	3	0,1	948	5,7
De 500 a menos de 1000 ha	2	0,1	1.512	9,0
Produtor sem área	143		-	0,0
Total	2.715		16.736	99,8

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

No que se refere às relações de trabalho, elas variaram ao longo do tempo histórico do trabalho escravo, ao sistema de morada, à parceria e ao trabalho assalariado.

Segundo Almeida (1980, p.522), através de um relatório elaborado pelo Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, em 03 de setembro de 1880, o número de escravos registrados no município de Bananeiras, naquele ano, era de 1.135 escravos, enquanto o total da Paraíba era de 25.596. A população de escravos de Bananeiras representava 4,4% dos escravos da Paraíba.

Conforme Moreira e Targino (1997, p. 90),

É bem verdade que a escravidão no Brejo não teve a mesma importância que no Litoral. Porém ela não pode ser negligenciada. Em 1851, a população escrava de Areia, Alagoa Nova e Bananeiras representava 10% da população total destas áreas. Com o declínio da escravidão, firma-se o sistema de morada que irá dominar as relações de trabalho.

Os moradores eram encontrados nos engenhos desde o período anterior à abolição da escravatura. Durante a fase áurea do algodão, a estes se somaram os parceiros. O trabalho assalariado expandiu-se durante os ciclos do café e do sisal.

Os agricultores sem terra própria ou com terra de tamanho insuficiente para garantir a reprodução da unidade familiar dependiam da grande propriedade para garantir a produção de alimentos para o sustento da família. Esse atrelamento à grande propriedade acontecia de várias formas, dependendo do tipo de cultura produzida, da quantidade de terras disponível e da aptidão do solo. Era o proprietário do latifúndio quem estabelecia o tipo de relação social (arrendamento, meação, assalariamento ou foro) mais interessante para lhe garantir a extração da renda da terra. Todas essas formas de relação de produção só favorecem ao latifundiário que subtrai para si uma grande parte do que é produzido pelo camponês, em forma de excedente, sem dar nada em troca, a não ser a “liberação” da terra para a produção.

Propriedade fundiária, capital e trabalho assalariado são fontes de renda neste sentido: o capital adjudica ao capitalista, na forma de lucro, parte da mais-valia que ele extrai do trabalho; o monopólio da terra, ao dono do solo, outra parte, na forma de renda, e o trabalho, ao trabalhador, a parte restante do valor ainda disponível, na forma de salário. Assim, parte do valor toma a forma de lucro, outra parte, a de renda (fundiária), e, terceira, a forma de salário (MARX, 2008, p. 1090)

A manutenção do latifúndio pelo proprietário, mesmo após o colapso de culturas importantes, era fundamental para possibilitar o acesso a créditos rurais e garantir o poder e o *status* social aos proprietários. Muitas vezes, mudava-se a forma de relação com os pequenos agricultores, de acordo com a opção do proprietário.

As várias formas de relação de trabalho, além de garantir a renda da terra, dão ao proprietário a possibilidade de garantir a posse e o controle da terra em momentos de crise. É sempre o proprietário quem determina como deve ser essa relação. Assim, ele decide por aquela que melhor lhe convier no momento, ou seja, a que lhe garanta maior renda. O trabalhador fica “preso” à terra que não lhe pertence para ter o direito de continuar

sobrevivendo. Nesse modelo de exploração a luta era pela sobrevivência na terra, mesmo que em condições precárias.

De acordo com o censo agropecuário do IBGE, em 2006 existiam em Bananeiras 7.960 produtores rurais sendo 5.843 proprietários, 378 assentados sem titulação definitiva, 84 arrendatários, 138 parceiros, 1.235 ocupantes (produtores posseiros) e 282 produtores sem área (Tab. 5). Dos 7.960 produtores, 7.000 (segundo as informações sobre a agricultura familiar fornecida pelo censo agropecuário de 2006) ou 87,9% eram agricultores familiares.

Tabela 5 – Bananeiras: Produtores rurais segundo a condição - 2006

Produtores Rurais	Total	%
Proprietário	5.843	73,4
Assentado sem titulação definitiva	378	4,7
Arrendatário	84	1,1
Parceiro	138	1,7
Ocupante	1.235	15,5
Produtor sem área	282	3,5
Total	7.960	100,0

Fonte: IBGE. Censo agropecuário, 2006.

A estrutura fundiária concentrada que caracterizou historicamente o município e as relações de trabalho de caráter não-capitalistas não foram suficientes para mobilizar a classe camponesa em prol da luta por terra em Bananeiras até os anos de 1980. Só a partir de então é que surgem os primeiros conflitos agrários no município que darão origem à criação de 14 assentamentos, como será visto a seguir.

CAPÍTULO II

DA LUTA PELA TERRA À CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM BANANEIRAS

A luta pela transformação da estrutura fundiária arcaica e excludente que caracteriza o território brasileiro não tem sido acompanhada da luta pela mudança na estrutura social e econômica do país, mas da luta por reforma agrária, contra a elevada concentração da propriedade da terra. Representa também a resistência da classe trabalhadora ao processo de territorialização do capital no campo e à ação legitimadora do Estado a esse processo.

Em outras palavras, conflito de terra é o fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção (MOREIRA E TARGINO, 1997, p.296).

Sem levar em consideração os primórdios do processo de ocupação das terras bananeirenses, não se tem, na história da questão agrária de Bananeiras, notícia da ocorrência de grandes conflitos agrários até a segunda metade do século XX. As ligas camponesas⁸ que representaram um movimento de grande proporção na história da luta pela terra no Nordeste, e que teve grande repercussão na história dos movimentos camponeses no Brasil, aparentemente não tiveram muita expressão em Bananeiras.

Assis Lemos, ex-presidente das Ligas Camponesas na Paraíba, ao se referir à expansão das Ligas no estado, chama a atenção apenas para os municípios de Areia e Alagoa Grande, no Brejo, como se pode constatar na afirmação a seguir:

⁸ Movimento de trabalhadores rurais, organizado a partir de 1946, com o fim do Estado Novo, sob a forma de associações civis, com o objetivo de mobilizar e organizar os camponeses e trabalhadores rurais para buscarem os seus direitos, minimamente amparados no Código Civil e desrespeitados pelos proprietários de terra. Esse movimento foi desarticulado em 1947, com a decretação da ilegalidade do PCB, partido que o organizou. As ligas camponesas ressurgem, de forma bem mais organizada, a partir de 1953 e 1954 na Zona da Mata Nordeste e foram disseminadas para por vários estados do Brasil, principalmente Pernambuco e Paraíba. Esse movimento foi novamente desarticulado, juntamente com outros movimentos sociais presentes no campo, com o golpe militar de 1964. (Ver TARGINO, 2002, p. 152)

Após a fundação da Liga Camponesa de Sapé, outras se organizaram tais como: Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande e Santa Rita.” (LEMOS, 2008, p. 61)

Apesar disso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras está entre os sindicatos fundados antes de 1964 no estado da Paraíba (MOREIRA, 1997b). As notícias de conflitos agrários no município remontam aos anos de 1970, portanto, após as Ligas.

2.1. A luta pela terra

A partir da década de setenta do século XX, como foi anteriormente exposto, muitas mudanças tiveram lugar no campo na região do Brejo, alcançando o município de Bananeiras. É justamente a partir de 1970 e mais fortemente na década de 1980 que eclodem os conflitos de terra em Bananeiras.

De acordo com Moreira (1997a), foram 09 os conflitos de terra eclodidos no município entre 1972 e 1986, envolvendo aproximadamente 300 famílias (Quadro 2). À exceção de um imóvel onde à luta de resistência somou-se uma ação de ocupação⁹, os conflitos não surgiram mediante ocupações de terra. Eles tiveram origem a partir: a) do aumento do valor da renda da terra paga por arrendatários ou foreiros, visando obrigá-los a não renovar os contratos e desocuparem a propriedade; b) de tentativas de expulsão dos camponeses para mudar a forma de exploração da terra; c) da venda da terra e do interesse do novo proprietário em retirar os camponeses da mesma para introduzir nova forma de exploração, utilizando mão-de-obra assalariada; d) de conflito trabalhista que redundou em conflito de terra no momento da negociação entre trabalhadores e arrendatária do imóvel (MOREIRA, 1997a) (Quadro 2).

Abordaremos neste trabalho dois dos conflitos que se destacaram em Bananeiras: o conflito da Fazenda Carvalho, por ter sido o primeiro registrado no município e o conflito da Fazenda Sapucaia, por se tratar da primeira fazenda ocupada pelos trabalhadores sem terra, organizados pelo MST no Estado da Paraíba.

⁹ A Fazenda Sapucaia que já vivenciava um conflito entre moradores, posseiros e arrendatários foi ocupada por trabalhadores sem-terra na primeira ação do MST na Paraíba.

No. de ordem	Nome do Imóvel	Área (ha)	No. de famílias envolvidas	Categoria de trabalhadores	Ano do início	Causa	Situação
01	Faz. Carvalho (Caulim I e II)	550,0	140 no início, 126 em 1994	Arrendatários e posseiros	1972, reativado em 1981	Aumento do preço do foro; tentativa de expulsão para mudança na forma de exploração da propriedade	Conflito solucionado. Os camponeses foram assentados em outra área, a Fazenda Poderosa, no município vizinho, de Solânea, que se transformou no PA São Francisco III..
02	Fazenda Jatobá	140,0	15	Sem inf.	s/inf.	s/inf.	Sem solução até início de 1997.
03	Faz. Boa Vista	s/inf.	s/inf.	Arrendatários	s/inf.	Tentativa de expulsão dos trabalhadores para plantar bambu	s/inf.
04	Faz. Lagoa do Matias	107,0	24	Assalariados	1981	Dívidas trabalhistas não pagas	s/inf.
05	Faz. Sapucaia	1.654,0	43	Moradores, posseiros, arrendatários e sem-terras	1985	Venda da terra seguida de tentativa de expulsão dos trabalhadores para expansão da pecuária. Agravado com a ocupação por trabalhadores do MST.	Conflito solucionado Deu origem a dois Assentamentos: Dona Vitória e Santa Vitória
06	Faz. Riacho São Domingos	430,0	09	Posseiros	1985	Tentativa de expulsão dos trabalhadores para expansão da atividade pecuária	Conflito solucionado em 1988 com a aquisição pela antiga Fundap da propriedade Cana Brava no mesmo município, onde os trabalhadores foram assentados.
07	Engenho Manitu	175,3	21 no início, 12 em 1993	Posseiros	1986	Dificuldade de escrituração da terra pelos posseiros que a haviam adquirido	Processo arquivado no Incra desde 1993.
08	Faz. Baixa Verde	194,5	31	Moradores de condição, parceiros e arrendatários	1988	Falta de acordo entre proprietário e trabalhadores para a venda da terra	Conflito solucionado com a aquisição do imóvel pela Fundap, atual Interpa. Deu origem ao PA Baixa Verde
09	Faz. São José	200,0	11 inicialmente, 15 ao final	Moradores e arrendatários	s/inf.	s/inf.	Conflito solucionado. Foi criado o PA São José que posteriormente foi anexado ao PA Nossa Senhora das Graças dando origem a um só Assentamento.

Fonte: MOREIRA (1997a). Pesquisa de campo.

Quadro 2 – Áreas de Conflito do município de Bananeiras

2.1.1 O Conflito da Fazenda Carvalho

O primeiro conflito de terra registrado na segunda metade do século XX em Bananeiras foi o da fazenda Carvalho que teve início em 1972 e foi reativado em 1981. Pelo levantamento feito, os moradores dessa fazenda foram os pioneiros na luta efetiva pela desapropriação de terras no município (MOREIRA, 1997a).

Até o ano de 1970, na gestão do antigo proprietário, a fazenda era ocupada por trabalhadores diaristas. Nesse mesmo ano, as relações de trabalho foram alteradas e eles passaram a pagar um foro anual, por pequenos lotes, onde cultivavam alimentos, transformando-se em arrendatários.

Em 1983, de acordo com a documentação consultada, existiam 140 famílias de arrendatários trabalhando no imóvel, mas residindo na periferia da sede municipal. Além dos arrendatários, tralhavam e viviam na terra há aproximadamente 60 anos, 43 famílias de posseiros. Cada família ocupava sítios, cuja superfície variava de 3,0 a 14,0 hectares. Produziam, para a sua subsistência e para o mercado regional, culturas, como: milho, arroz, feijão, batata-doce, macaxeira, inhame, agave, entre outras. Plantavam também fruteiras e hortaliças e ainda criavam animais. (MOREIRA 1997, p. 558-559)

A propriedade pertencia à família Rocha. Subitamente, outra apareceu na terra outra pessoa que primeiro se colocou como arrendatário da propriedade e depois como proprietário da terra. O novo responsável pela propriedade teria, segundo relatam alguns entrevistados, iniciado um processo de introdução de novos reдеiros na propriedade, o que gerou a revolta dos posseiros e reдеiros que já viviam ou trabalhavam no imóvel. Os posseiros e arrendatários antigos acusaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de ter conduzido mal o processo, pois eles tinham o direito de compra da terra e, por falta de orientação, perderam a oportunidade de adquirir seus lotes.

As famílias, que éramos 44, que nasceram e se criaram lá. Depois de 1975, colocaram a mata dos Carvalhos abaixo e com a morte da dona da fazenda, Dona Ana Rocha os herdeiros quiseram vender e deram a preferência para nós que morávamos lá. O próprio Sindicato não soube nos orientar e terminou jogando fora. Chegou um fazendeiro chamado Loester Imperiano, dizendo que a terra era arrendada, só que era arrendada com a gente. Aí ele começou a botar reдеiro, ... reдеiro,... Jurandir botou reдеiros, e acabou nos atrapalhando. Depois chegou esse cara, aparece dizendo que havia arrendado a terra e depois disse que tinha comprado a terra e aí entramos em conflito. (depoimento do Sr. Daniel, assentado do PA São Francisco III, em 28 de novembro de 2009).

A revolta dos antigos posseiros redundou em um conflito de grande repercussão.

A fazenda Carvalho pertencia a Jurandy Rocha. E daí quando os agricultores já trabalhavam: os bisavôs, os avôs, as pessoas mais antigas daquela família, então aquelas famílias foram surpreendidas uma época quando apareceu repentinamente, o Senhor Loester Imperiano por dono daquela terra. Os agricultores não tinham esse conhecimento, porque a terra era de Bernardino Rocha juntamente com Jurandy Rocha e daí começou uma grande luta. Os agricultores contra Loester porque queriam de toda forma o seu pedacinho de terra porque lá já moravam, não é? Isso vinha dos nossos antepassados e infelizmente a luta foi grande, né? Houve troca de tiros, agricultores feridos muitas lutas na verdade. (depoimento de Ivonete Leandro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras em 27 de novembro de 2009)

À resistência dos trabalhadores, o novo proprietário reagiu, primeiramente, com violência:

Houve conflito e houve morte, cadeia. Morreu um rezeiro, morava na chã de tabuleiro e trabalhava lá. Foi feito uma casa de farinha comunitária, ele era o pedreiro e o proprietário gostava dele, mas ele se uniu com a gente e Loester pediu que ele saísse da terra e ele disse que não saía e não deixava a gente mais. Isso foi numa segunda-feira começou essa questão quando foi no sábado às quatro horas da tarde ele largou do serviço e foi pra casa, quando foi de nove horas da noite mataram ele. ... Tinha um camarada que viu, mas não quis testemunhar (depoimento do Sr. Daniel Quirino da Silva, presidente da Associação dos Moradores do Assentamento São Francisco III em 28 de novembro de 2009).

Além do uso da violência, o proprietário da fazenda promoveu várias manobras para que esta não fosse desapropriada. De acordo com o Sr. Daniel Quirino da Silva (Fig. 5), presidente da Associação dos Moradores do Assentamento São Francisco III, uma das manobras para evitar a desapropriação da Fazenda Carvalho foi o seu desmembramento em três propriedades: Ccipa, Caulin I e Caulin II.

Essa prática do desmembramento dos latifúndios para descaracterizá-los, tornando-os impróprios para a desapropriação com base nos parâmetros constitucionais, é uma das manobras mais utilizadas no Brasil agrário para reverter os processos de desapropriação dos latifúndios improdutivos. Com a demora do processo de desapropriação pelo INCRA, os latifundiários se antecipam ao resultado da vistoria e desmembram a terra. É uma forma de burlar a lei e frustrar as esperanças dos camponeses envolvidos no processo. Quanto mais

demorar o trâmite do processo de desapropriação mais aumentará a possibilidade de que essa prática se repita



Fig. 05 – Sr. Daniel Quirino na antiga Casa Grande da Fazenda Poderosa no dia da entrevista
Arquivo: Manoel Vieira da Silva, 2009.

A luta dos posseiros e foreiros da Fazenda Carvalho não foi vitoriosa do ponto de vista da conquista do território pleiteado. Porém, graças à luta e à resistência dos trabalhadores foi adquirida a Fazenda Poderosa no município de Solânea, vizinho a Bananeiras, que deu origem ao assentamento de reforma agrária São Francisco III, onde foram assentadas as famílias em conflito da Fazenda Carvalho.

Mas quando foi, acredito que aos dez anos, os agricultores desocuparam a área de Carvalho porque ficaram sabendo pelo INCRA que não podia mais haver a desapropriação daquela área porque o proprietário daquela terra o Senhor Loester Imperiano dividiu a propriedade Carvalho em três áreas: Ccipa, Caulin I e Caulin II e infelizmente foi constatado pelo INCRA que não havia mais a possibilidade de ser desapropriada, né? Porque a área ficou produtiva e daí houve uma negociação com o INCRA e os agricultores e foi comprado uma parte de terra no município de Solânea conhecida por São Francisco III, hoje Assentamento aonde mora a maioria dos agricultores que trabalhavam no sítio Carvalho. (depoimento de Zilma Maciel de Sousa – membro da CPT/Guarabira em entrevista no dia 28 de outubro de 2010).

Ficou para trás o território, objeto de anos de conflito, e com ele "uma dimensão simbólico-cultural" que, como afirma Haesbaert (2006), envolve o território vivido onde, um dia, desembocaram "todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas", manifestações que, segundo Santos, caracterizam o território vivido. Segundo

os conceitos modernos de território, pode-se afirmar que, no caso dos antigos moradores da fazenda Carvalho, houve a desterritorialização e posteriormente a reterritorialização.

Da fazenda Carvalho, 52 famílias foram transferidas para serem assentadas no Assentamento São Francisco III. A estas, três famílias de outra comunidade se juntaram, totalizando 55 famílias.

Na mediação desse conflito, papel importante é atribuído a CPT pelos trabalhadores.

Nós temos a área de Carvalho que marcou muito a história da CPT na luta da terra, especialmente em Bananeiras. Dessa área de Carvalho nós não conseguimos o resultado, infelizmente não foi possível, houve muitas ações, derrubada de casas, expulsões de trabalhadores, foi uma luta muito difícil, infelizmente foi o único assentamento que não conseguimos. (depoimento de Zilma Maciel de Sousa – membro da CPT/Guarabira em entrevista no dia 28 de outubro de 2010).

Em abril de 1989, eclodiu outro conflito de terras em Bananeiras que teve forte repercussão na imprensa por se tratar da primeira ação do MST no estado da Paraíba: Foi o conflito da Fazenda Sapucaia.

2.1.2 O Conflito da Fazenda Sapucaia

O conflito da Fazenda Sapucaia eclodiu antes da ocupação pelo MST. De acordo com Moreira (1997a), a propriedade de aproximadamente 1.654,0 hectares foi vendida sem que tivesse sido dado o direito de compra, nem tivesse havido notificação do processo às 60 famílias de moradores e arrendatários que nela viviam e trabalhavam.

Diante disso, a Fetag entrou com um processo no Incra solicitando a desapropriação do imóvel. Contudo, o que se verificou foi o desmembramento da propriedade e a transferência de titularidade a partir de um novo processo de venda. As novas propriedades originadas do desmembramento da Fazenda Carvalho transformaram-se em áreas de exploração da pecuária (dois imóveis) e de exploração mineral (um imóvel). Os camponeses, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras, da FETAG e da CPT se organizaram e resistiram ao processo de expulsão, dando origem a um conflito de grande proporção que teve início ainda em 1985. A tensão existente vai se intensificar quando, no dia 07 de abril de 1989, ocorreu na propriedade a primeira intervenção concreta do MST no estado, com a sua ocupação por cerca de 200 famílias de trabalhadores sem-terra.

Esta ocupação, porém, foi muito curta, uma vez que os camponeses que ocuparam a fazenda e as lideranças do MST foram violentamente despejados. Conforme depoimento de Alessandro José da Silva, militante e dirigente responsável pelo setor de formação do MST/PB,

(...) a passagem do MST em Bananeiras foi curta, nossa atuação se resumiu à fazenda Sapucaia. Depois a CPT passou a dar assistência aos posseiros e o MST deixou a fazenda. Foi um período muito difícil, havia muita perseguição aos militantes e aos posseiros que aderiam à luta pela desapropriação, havia muitas ameaças contra os trabalhadores que aderiam à luta. (entrevista realizada no dia 11 de março de 2009)

Segundo Silva (2007),

Afirma-se que o despejo foi efetuado pelo chamado "Grupo da Várzea", um grupo formado por fazendeiros que atuou durante um longo período na repressão contra integrantes de sindicatos e de movimentos rurais. A reação violenta a essa primeira ocupação, provavelmente possuía como objetivo inibir outras ocupações, atuando de forma exemplar¹⁰.

A participação do MST na luta pela terra em Bananeiras se resumiu à fazenda Sapucaia. Com a saída do MST, a CPT passou a dar assistência aos antigos moradores da fazenda até sua desapropriação. Na verdade, a atuação da CPT em Bananeiras remonta ao início dos anos de 1980, ainda no auge do Proálcool, como confirma o depoimento abaixo transcrito:

A partir de 1982/83 a CPT começou um trabalho em Bananeiras. Na hora da luta, que precisa estar acampando a CPT está presente. A partir do momento em que a terra é encaminhada para o período de vistoria, com o apoio da CPT e das famílias que estão fazendo parte da luta, então se espera os trâmites legais da justiça que vai averiguar se aquela propriedade é viável ou não à desapropriação. Quando a propriedade está cumprindo a sua função social o INCRA não desapropria. Isso é muito importante. Todas essas que foram desapropriadas foi porque não estavam cumprindo a sua função social. A partir do momento que sai a desapropriação a CPT começa a fazer um trabalho de organização dessas famílias, de preparar a organização delas na associação e tirar a comissão de pessoas que vão encaminhar os trabalhos. (Zilma Maciel de Sousa –membro da CPT/Guarabira em entrevista no dia 28 de outubro de 2010).

Das 09 áreas de conflito identificadas por Moreira (1997a), algumas deram origem a Projetos de assentamento, tais como a fazenda Carvalho, a fazenda Baixa Verde, a fazenda Sapucaia, a fazenda Riacho São Domingos e a fazenda São José. Mas, no município, outras

¹⁰ Disponível em: <http://historiadaparaiba.blogspot.com/2007/12/histria-contada-surgimento-do-mst-na.html>
Acesso em: 15 fev. 2011.

Áreas de Assentamento foram criadas sem que tivesse havido conflito, por interesse de negociação da terra por parte do proprietário com o Incra ou com o Instituto de Terras da Paraíba.

2.2 Reforma agrária e criação de assentamentos rurais

A discussão sobre a reforma agrária no Brasil e sua importância para o desenvolvimento nacional é muito antiga e polêmica.

É bem conhecido o debate entre os intelectuais do velho PCB sobre a questão agrária na nossa formação socioeconômica, assim como as abordagens e alterações ditas por eles como necessárias no espaço rural para as mudanças que contribuíssem com a construção nacional. A grosso modo, nessa leitura, a reforma agrária se justificava pela necessidade de superar resquícios feudais e contribuir, através de reformas, para a penetração do capitalismo no campo na medida em que acabaria com o latifúndio improdutivo e constituiria uma massa de consumidores de bens industriais e produtores de matéria-prima, fundamental para o desenvolvimento nacional. Essa rica e controversa discussão foi alimentada, entre tantos outros, por Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré e Andre Gunder Frank (ARAUJO, 2007¹¹, p.1).

Com o golpe militar e a implantação de um regime autoritário no país a partir de 1964, assiste-se à penetração do capital no campo via modernização da agricultura sem que se desse a democratização da terra e a valorização do campesinato. Ao contrário, o modelo de modernização do campo implantado pelos militares pautou-se na expansão de monoculturas de exportação e da pecuária intensiva e semi-intensiva em grandes propriedades, no uso intensivo de tecnologias mecânicas e químicas que resultou na intensificação do processo de proletarianização e do êxodo rural. Assistiu-se a um aumento da produção agrícola, particularmente da produção das culturas estimuladas pelas políticas e programas governamentais, a expansão dos complexos agroindustriais e um forte processo de urbanização. À agricultura camponesa sobrou um papel marginal nesse processo.

Argumentava-se que a questão agrária brasileira estava resolvida, “que a sociedade brasileira já tinha se consolidado como urbana e que a modernização da agricultura teria resolvido a produção alimentar” (ARAUJO, 2007).

¹¹ Disponível em: <http://alainet.org/active/21271&lang=esALAI>, América Latina en Movimiento Acesso em: 15 fev. 2011.

No entanto, a eclosão de conflitos no campo, o empobrecimento da população rural e os efeitos perversos do ponto de vista social e ambiental da modernização agrícola ganham visibilidade e colocam mais uma vez na ordem do dia a premência da discussão da reforma agrária como fator de desenvolvimento nacional.

O surgimento do MST e de outros movimentos sociais no campo reativando a organização e luta camponesa por terra, por sua vez, cobra do Estado uma ação mais eficiente na resolução da questão agrária. O Estado, porém age de forma contraditória, uma vez que, de uma lado, estimula e apoia com suas políticas agrícolas o avanço da modernização do campo, e de outro atua para “apagar os incêndios”, desapropriando ou adquirindo terras nas áreas onde a repressão, a violência e outras ações não foram capazes de eliminar os conflitos (MOREIRA E TARGINO, 1997). Nessas áreas, surgem novos territórios reorganizados em torno da agricultura camponesa como que traindo as leis do capital. Esses novos territórios são conhecidos como Assentamentos Rurais.

O significado do termo Assentamento, segundo Mançano (1999), surgiu pela primeira vez no Chile durante a reforma que ali se deu entre 1964 e 1970. No Brasil, a expressão Assentamento Rural apareceu durante a Nova República, a partir da promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Até então a ação do Estado havia se dado em torno de projetos de colonização, “em detrimento de qualquer programa que pudesse expressar uma política clara de reforma agrária no país” (MIRAD/INCRA, 1987, p.5).

Carvalho (1998) entende o assentamento como sendo um lugar onde um conjunto de trabalhadores rurais e suas respectivas famílias habitam e produzem, uma junção heterogênea de variados grupos sociais, constituídos por trabalhadores rurais e suas famílias. O assentamento se estabelece num imóvel adquirido ou desapropriado pelo governo com a finalidade de cumprir as exigências constitucionais e legais relativas à reforma agrária.

Para os movimentos sociais, assentamento é “a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência” (FERNANDES, 1999, p.21). Entendido dessa forma, o assentado é visto como um ator social e um sujeito coletivo envolvido na luta pelo direito a uma vida digna na terra.

Para o Incra, o assentamento rural está intrinsecamente relacionado à etapa posterior à desapropriação de terras, que é a de fixação do trabalhador nos lotes. Ele surge a partir da criação do “Projeto de Assentamento”. O Projeto de Assentamento ‘é criado a partir da desapropriação, aquisição ou

transferência de um imóvel improdutivo, acima dos 15 módulos fiscais¹², destinado ao assentamento de famílias, no objetivo de torná-lo produtivo, adequando-se ao programa de reforma agrária, através do Governo Federal. Desta forma, o Assentamento é o local onde as famílias, aderindo ao processo de reforma agrária, irão encontrar condições de moradia, trabalho e constituição de renda para sua manutenção, cabendo ao Incra, oferecer a infra-estrutura básica¹³” (depoimento concedido pelo técnico do Incra-PB, Jorge Luís de Sousa Lima) (FREITAS, 2001, p.15).

Para Moreira (2006), o Assentamento representa muito mais do que o resultado de um ato administrativo formal. Ele é fruto da quebra do monopólio da terra e representa na maioria dos casos o fim de um conflito social e o início de um novo tempo: o de recriação da fração do território conquistado pelos camponeses. Trata-se, para a autora, de um Território de Esperança, na medida em que

Simboliza uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente. Trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança. “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. (MOREIRA, 2006, p. 4).

No município de Bananeiras existem hoje quatorze assentamentos rurais, sendo nove constituídos pelo INCRA (Fig. 06) e cinco pelo INTERPA.

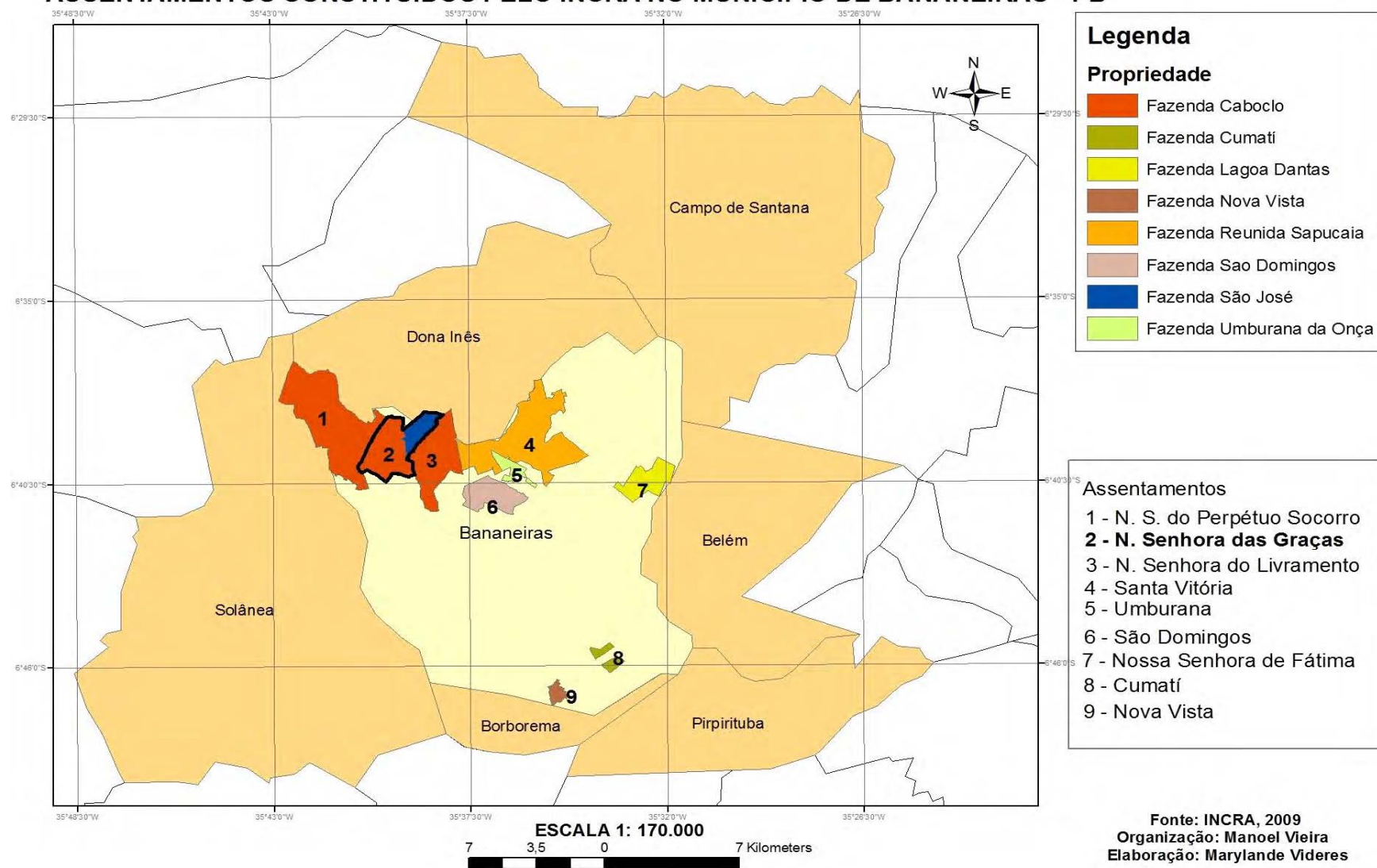
Como pode ser visto na figura 6, dos 9 Projetos de Assentamento constituídos pelo Incra, em Bananeiras, 6 situam-se ao norte do município, no limite com os municípios de Dona Inês e Solânea, 1 ao leste, no limite com o município de Belém e 2 ao sul do município. Esses assentamentos resultaram da desapropriação de 6 propriedades que se enquadravam, segundo o Estatuto da Terra, na condição de latifúndios por exploração ou por dimensão (Quadro 3). Elas totalizavam 6.698,2727 hectares, o que equivalia em 2006 a 40% da área agrícola municipal. Essa área que era concentrada nas mãos de apenas 6 proprietários de terra foi redistribuída entre 409 produtores rurais, promovendo importante impacto na estrutura fundiária municipal. Das 6 propriedades, 5 foram desapropriadas na década de 1990, mais precisamente entre 1993 e 1998 e 1 em 2005 (Quadro 3).

¹² Segundo o INCRA, o módulo fiscal diz respeito a um número de hectares que serve de base para o cálculo da quantidade de terra a ser desapropriada, que varia para cada região;

¹³ Para o INCRA, infra-estrutura básica, significa: abertura de estradas para acesso ao projeto de assentamento, eletrificação rural, água para consumo humano, financiamento da produção, créditos de instalação e investimentos através Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF);

Fig. 6

ASSENTAMENTOS CONSTITUIDOS PELO INCRA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PB



Além dos assentamentos criados pelo INCRA, existem outros 5 criados pelo INTERPA (Quadro 4). Desses, 4 foram adquiridos pelo Estado em parceria com o Banco Internacional para o Desenvolvimento (BIRD) em 1993, e 1 foi criado dentro do Programa do Banco da Terra em 2001 (Quadro 4). Apenas em um deles foi identificada a ocorrência de conflito: Assentamento Baixa Verde. Tratava-se de imóveis de pequena dimensão, variando de 68 a 198 hectares. Cada um deu origem a um assentamento que permaneceu com o mesmo nome do antigo imóvel: Baixa Verde, Goiamunduba, Cana Brava, Mata Fresca e Baixa do Mel (Quadro 4). No total, esses assentamentos abrangem 914,8144 onde foram assentadas 100 famílias (Quadro 4).

Assentamento	Imóvel	Área (em ha) desapropriada	Programa financiador	Data de implantação	Número de famílias
Cumati	Cumati	108,4300	TDA + Benfeitorias desapropriação	22/12/1993	23
Nova Vista	Nova Vista	104,0000	TDA + Benfeitorias desapropriação	07/01/1994	29
Boa Vitória	Fazenda Sapucaia	201,7000	TDA + Benfeitorias desapropriação	15/12/1995	15
Santa Vitória	Fazenda Reunidas Sapucaia	1.768,4000	TDA + Benfeitorias desapropriação	10/12/1996	84
São Domingos	Fazenda São Domingos	676,0806	TDA + Benfeitorias desapropriação	07/01/1998	36
Nossa Senhora das Graças	Fazenda Caboclo (parte) e fazenda São José	820,3572 + 200,0000 = 1.020,3572	TDA + Benfeitorias desapropriação	17/11/1998	47 + 15 = 62
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Fazenda Caboclo (parte) Bananeiras e Solânea	1.642,0320	TDA + Benfeitorias desapropriação	17/11/1998	55
Nossa Senhora do Livramento	Fazenda Caboclo (parte)	794,0639	TDA + Benfeitorias desapropriação	17/11/1998	63
Nossa Senhora de Fátima	Fazenda Lagoa dos Dantas (parte) Bananeiras e Belém da Caiçara	381,2400	TDA + Benfeitorias desapropriação	23/12/2005	42
Total		6.698,2727			409

Fonte: INCRA/PB, 2010.

Quadro 3 – Bananeiras - Relação dos Projetos de Assentamentos criados pelo Incra entre 1993 e 2005.

Se acrescentarmos à área reformada sob a responsabilidade do Interpa a do Incra, teremos 7.613,09 hectares, o que representa 45,5% do total da área agrícola municipal. Entendemos, portanto, que a diferença identificada entre o padrão de concentração da terra em Bananeiras, em 1992 e 2006, deve-se essencialmente ao impacto da criação de Assentamentos de reforma agrária no município.

Assentamento	Imóvel	Área em ha.	Programa financiador	Data de implantação	Número de famílias
Baixa Verde	Baixa Verde	198,7701	Estado da Paraíba/BIRD	04/03/1993	31
Goiamunduba	Goiamunduba	374,5245	Estado da Paraíba/BIRD	04/03/1993	41
Cana Brava	Cana Brava	68,8275	Estado da Paraíba/BIRD	04/03/1993	07
Mata Fresca	Mata Fresca	89,9510	Estado da Paraíba/BIRD	04/03/1993	08
Baixa do Mel	Baixa do Mel	.182,7413	Banco da Terra	28/12/2001	13
5 Assentamentos	5 imóveis	914,8144			100

Fonte: INTERPA/PB, 2010.

Quadro 4 – Bananeiras. relação dos assentamentos criados pelo Interpa

A reforma agrária levada a efeito no município de Bananeiras foi efetivada por três vieses: um que segue as normas estabelecidas pelo Estatuto da Terra, ratificadas pela Constituição de 1988 e pela Lei 8.629/93¹⁴, no caso dos assentamentos constituídos pelo INCRA; outro que segue a política do Banco da Terra, criada no Governo FHC; e um terceiro que se resume à pura e simples compra de terras com recursos do BIRD pelo Governo do Estado.

O Banco da Terra foi criado em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, pela Lei nº 93 de 04 de fevereiro de 1998, juntamente com o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, cuja finalidade é “financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural.” (ARTIGO 1º). Esse fundo, além de receber recursos do TDA, indicado como fonte pagadora das terras “desapropriadas”, é sustentado através de várias outras fontes, que variam

¹⁴ A Constituição Federal de 1988, no caput do artigo 184 estabelece que: Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. Já a Lei 8.629/93, caput do artigo 5º, que regulamenta o artigo 184 da carta magna reafirma o pagamento das terras com (TDA) com o seguinte texto: “Artigo 5º - A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

de doações de convênios e entidades públicas e privadas até bancos nacionais e internacionais.

A criação de novos mecanismos de financiamento de terras, o novo modelo de relacionamento com os adquirentes da terra no sistema de compra e venda, ao invés da desapropriação propriamente dita, trouxe à tona uma série de questionamentos por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, como o MST e a CPT. Além dos movimentos sociais, a nova política de reforma agrária de FHC gerou um forte e polêmico debate entre os estudiosos da questão. Dentre os que se posicionam a seu favor, os principais argumentos, colocados como vantagens para o trabalhador são: a desburocratização da reforma agrária; a redução do longo tempo de espera por demorados trâmites processuais, que levam os processos a passarem anos na justiça; e a liberdade no momento de escolha da terra. Para Martins (1999), esse modelo de reforma agrária abriu várias possibilidades de aquisição da terra pelos trabalhadores. Ao se referir à política de compra e venda de terras para efeito de reforma agrária do governo FHC, esse autor afirma:

Portanto a política fundiária do governo atual não tem se limitado à redistribuição e à regularização da posse da terra, como pedem os opositores, mas tem se orientado, pela primeira vez na história republicana, no sentido de fazer da reforma agrária um procedimento institucional que reconhece e assegura o lugar social e institucional da agricultura familiar na sociedade e na economia. Tudo indica que estamos em face de um esforço político para pôr um garrote nos mecanismos de expulsão e de exclusão das populações rurais. E, também para assegurar que a eficácia econômica comparativa da agricultura familiar em relação às degradadas alternativas de inserção na vida urbana constitua um eixo de proteção e até de reaglutinação das famílias atingidas ao longo das últimas décadas, desde o governo Goulart, por mecanismos econômicos de dispersão e de degradação. (MARTINS, 1999, p. 125)

Martins ainda critica os opositores dessa política, intitulada de “reforma agrária de mercado”¹⁵, acusando-os de fazerem oposição à política agrária do governo FHC por duas razões principais: a desestabilização do governo com o fortalecimento de um governo mais de esquerda nas eleições seguintes e a manutenção da reforma agrária com desapropriação do latifúndio como medida punitiva aos proprietários de terra.

¹⁵ Expressão usada para denominar a política proposta pelo Banco Mundial para o governo brasileiro como alternativa à reforma agrária clássica realizada mediante a desapropriação dos latifúndios improdutivos. No caso dessa política, o Banco Mundial tem emprestado dinheiro para o governo brasileiro adquirir fazendas a vista, independente da condição ou da viabilidade. As famílias assentadas passam a dever o valor das desapropriações diretamente ao banco. Trata-se, portanto, de uma verdadeira imobiliária rural, que beneficia apenas os fazendeiros. (STEDILE E FERNANDES, 1999, p. 140)

Os que se posicionam contra a reforma agrária de mercado o fazem apoiados em análises conjunturais da política econômica nacional e internacional pela qual o mundo está passando.

Para Stedile e Fernandes, o governo FHC, ao adotar a reforma agrária de mercado, buscou trabalhar com três variantes:

a) estimular o chamado mercado de terras, em que as próprias forças capitalistas atuam no assentamento. (...) A forma como o governo obtém as terras teria que ser da forma mais capitalista possível; b) a propaganda. Ele parte de uma falsa interpretação de que o apoio social que o MST e a reforma agrária têm na sociedade não é porque temos uma causa justa, porque somos lutadores ou porque somos um movimento social, mas sim porque teríamos habilidade em fazer propaganda, como se a ocupação da terra fosse um ato de marketing político. Partindo dessa visão, o governo interpreta que, se também fizer propaganda, rebata a nossa.; e c) a política específica de FHC com relação ao MST. (...) Ele desmereceu a reforma agrária ao fazer uma análise equivocada de que não havia mais problema agrário e, portanto, de que não havia necessidade da reforma agrária. Bastaria, no máximo, fazer assentamentos. Para ele, o movimento social não existia ou não tinha importância. (STEDILE E FERNANDES. 1999, pp. 141-142).

Percebe-se aí uma repulsa à política agrária adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, na conjuntura neoliberal e na lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Ou seja, para os opositores da política agrária do governo FHC, este, ao adotar a política de reforma agrária de mercado, reforçava e ampliava as possibilidades e, por tabela, a garantia de extração da renda da terra, além de aprofundar o processo de especulação fundiária, tendo em vista que a reforma agrária viraria um verdadeiro balcão de negócios.

É visível nesse projeto que o governo federal pretendia substituir a realização da reforma agrária pelo mecanismo do mercado de terras. A desapropriação de terras como medida punitiva ao latifúndio e às propriedades improdutivas acabaria sendo abandonada.

Outro ponto a ser destacado é que, ao retirar os créditos, esses recém-proprietários endividados acabam por abandonar as terras devido à falta de apoio e infraestrutura, uma vez que os juros desse financiamento estavam em média a 11,68% ano. (FELICIANO, 2006, p. 70)

Supunha-se, assim, que se criava uma situação de inviabilização do acesso a terra, de forma segura, pelo trabalhador sem terra, impondo-lhe uma dívida que ainda nem planejava como pagar. Isso se constituiria em uma situação nova para o camponês, pelo fato de que o trabalhador que antes era obrigado a pagar a renda da terra agora, além da renda da terra, teria que pagar os juros dessa renda.

Em estudo realizado sobre a reforma agrária de mercado no Estado de Ceará, Alexandra Maria de Oliveira concluiu que

O que se realizou em termos de política agrária, a partir de 1996 (Projeto “reforma agrária solidária”, Projeto Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e Combate à Pobreza rural, e Programa Nacional de Crédito Fundiário), teve como resultado uma ampla e intensa apropriação da renda capitalizada da terra por proprietários rentistas mediante o entendimento dos camponeses assentados.

No Nordeste, as terras devolutas, indígenas e comunais têm sido alvo de interesse e da apropriação por parte de grileiros, empresários e proprietários rentistas e apenas uma pequena porção dessas terras estão sendo, a duras penas, apropriadas pelos camponeses. Nos anos recentes, o apoio da elite agrária à nova política de contra-reforma agrária implementada pelos governos (estadual e federal) em parceria com o Banco Mundial, ocorre porque com a política de crédito fundiário ou “reforma agrária de mercado” foram adotadas medidas legais de proteção absoluta do direito de propriedade, sobretudo dos latifundiários. (OLIVEIRA, 2006, p. 363-364)

Para a autora, há tantas adversidades para os camponeses nesse modelo de política agrária que ela a denominou de contra-reforma agrária.

Ao discutir o caráter neoliberal do conjunto dos mecanismos criados pelo governo FHC para a implementação da RAM, Ramos Filho sugere que

Não será a lei da oferta e da procura, que rege o mercado, que criará as condições necessárias para que os mais pobres acessem a terra em quantidade e qualidade suficiente para a subsistência familiar e o abastecimento alimentar. O mercado é um território do capital, cujos fundamentos são o dinheiro e o lucro. Sugerir-lo como possibilidade para recriação do campesinato expressa a intencionalidade de promover a sua subordinação, ou manter sua exclusão em detrimento da promoção da vida com dignidade essencial para a classe. (RAMOS FILHO, 2009 p. 251)

O debate em torno da reforma agrária ou, como prefere Oliveira (2006), a contra-reforma agrária do governo FHC, em comum acordo com governos estaduais, a partir da compra e venda de terras, com subsídios do Banco Mundial, para os seus opositores nada mais é do que a extensão das políticas neoliberais ao campo.

Vale a pena destacar que os assentamentos criados a partir da compra da terra pelo Estado com recursos do BIRD em Bananeiras se deram em março de 1993, antes de Fernando Henrique Cardoso chegar ao poder. Só um Assentamento foi criado durante o segundo mandato de FHC, dentro do Projeto Banco da Terra.

Não obstante, Interessa a este estudo analisar as mudanças territoriais decorrentes da criação de um assentamento rural no município de Bananeiras, o PA Nossa Senhora das

Graças, como resultante da desapropriação da Fazenda Caboclo, buscando entender até que ponto esse processo pode ser entendido como de transformação de um território de exploração em um território de esperança.

CAPÍTULO III

DE TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO A TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: O CASO DA FAZENDA CABOCLO

A Fazenda Caboclo, com quase quatro mil hectares, era o maior latifúndio do município de Bananeiras. A sua configuração (Fig. 7) se confundia com a de uma sesmaria. Eram quase duas léguas de terra ocupando uma parte do vale do rio Curimataú (Fig. 7).

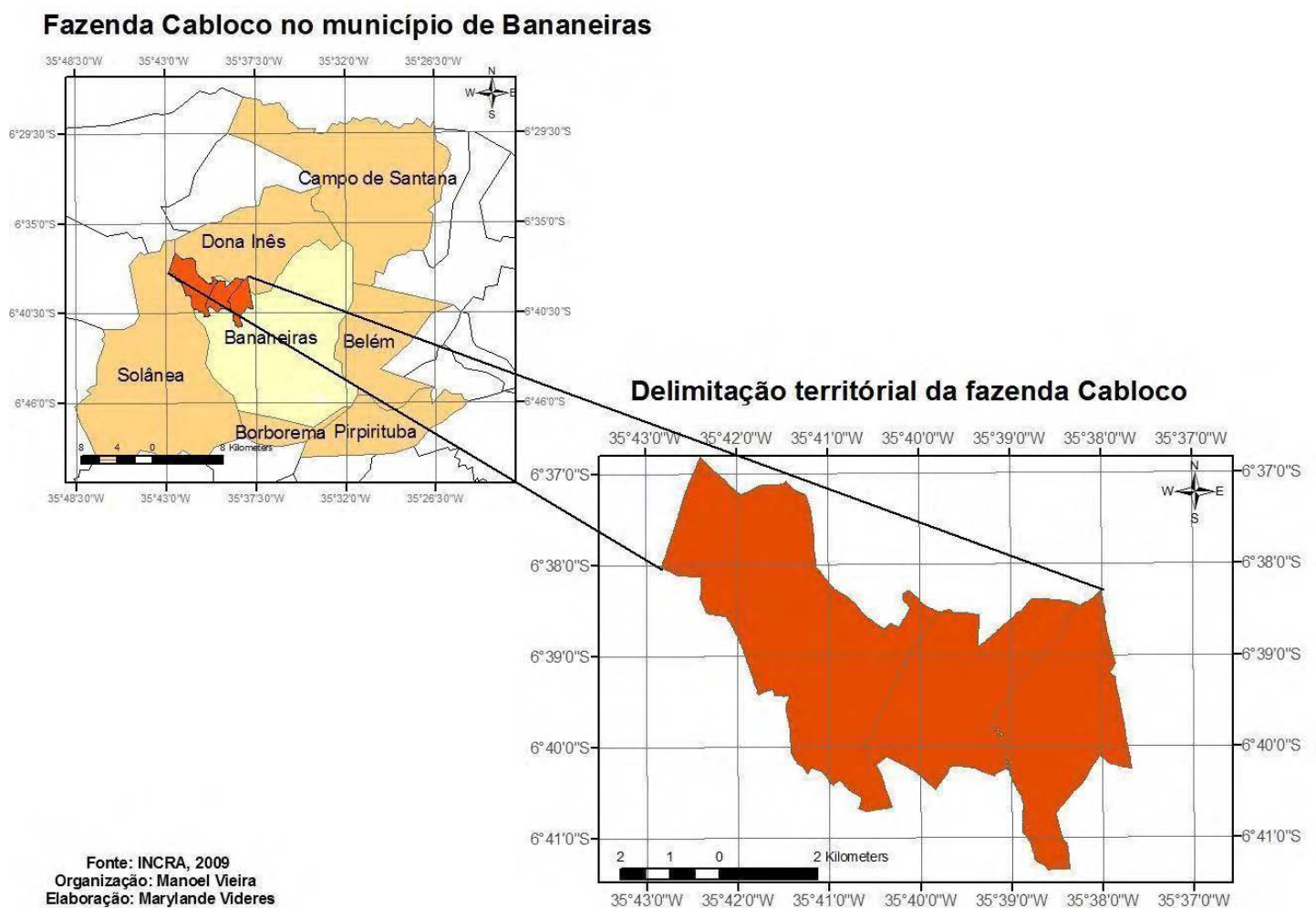


Fig. 7 – Delimitação territorial da Fazenda Caboclo

3.1 Origem histórica da Fazenda Caboclo

Na relação de certificado de cadastro rural do município de Bananeiras, emitido pelo INCRA em 1992, consta a Fazenda Caboclo antes da desapropriação, como propriedade da família Bezerra Cavalcanti, representada pelos irmãos Clóvis Bezerra Cavalcanti e Mozart Bezerra Cavalcanti, e a empresa Campina Caboclo Agropecuária LTDA, também pertencente à família.

Em uma das etapas da pesquisa, solicitamos ao INCRA, através de documento, os nomes dos proprietários das fazendas desapropriadas e transformadas em assentamentos rurais. Neste documento, a Fazenda Caboclo aparece como “Espólio de Maria das Mercês Rocha”. (ANEXO 01)

Dona Maria das Mercês Rocha Bezerra Cavalcanti, conhecida na região como Dona Donzinha, era a esposa do Major Augusto Bezerra Cavalcanti e mãe do Dr. Clóvis Bezerra Cavalcanti e do Sr. Mozart Bezerra Cavalcanti, que negociaram a fazenda com o INCRA.

Observa-se que a antiga proprietária da fazenda era membro da família Rocha, uma das principais famílias da aristocracia rural do município e da região do Brejo Paraibano, desde os primórdios do processo de colonização. Sua união matrimonial com o Major Augusto Bezerra Cavalcanti, de outra família tradicional no município, uniu as duas famílias conferindo-lhes hegemonia, tanto com relação ao poder econômico, a partir do controle das terras, como em relação ao poder político, não apenas no município de Bananeiras, mas também em outros municípios da região. As famílias Rocha e Bezerra Cavalcanti são duas das mais tradicionais famílias da época áurea do café do município de Bananeiras.

Ao fazer alusão à genealogia do político e médico Clóvis Bezerra Cavalcanti, em sua coluna no Jornal A União, o jornalista Gonzaga Rodrigues faz um resgate da ligação entre as duas famílias:

Oriundo de uma família de agricultores e senhores de engenho radicada em Bananeiras, onde nasceu aos 9 de julho de 1911, Clóvis Bezerra Cavalcanti, ou Clóvis Bezerra, como é popularmente conhecido, é filho do senhor Augusto Bezerra Cavalcanti e de D. Maria das Mercês (Donzinha) da Rocha Bezerra Cavalcanti. Tem as raízes de sua árvore genealógica fincada na aristocracia rural desse tradicional município paraibano, de cuja linhagem

ressalta a figura do Barão de Araruna (Estevão F. da Rocha), seu parente próximo e nome de grande projeção política e social na última fase da Monarquia. (RODRIGUES, 16 de maio de 2010).

Estevão F. da Rocha, como cita Rodrigues, ou Estevão José da Rocha, como afirmam outros historiadores, o Barão de Araruna¹⁶, aglutinou em seus domínios grandes porções de terras nas microrregiões do Brejo e do Curimataú paraibanos. Estaria aí relacionada a origem de tantas terras sob o domínio das famílias Rocha e Bezerra Cavalcanti no município antes da criação dos assentamentos.

Em entrevista realizada com o senhor Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, filho do senhor Mozart Bezerra Cavalcanti, um dos antigos proprietários da fazenda, obtivemos maiores detalhes sobre as origens do imóvel Caboclo.

Veja bem o seguinte, tudo partiu com o meu bisavô Diocleciano Bezerra Cavalcanti, o pai do meu avô Augusto Bezerra Cavalcanti. Chamavam Major Augusto apelidava de Major Augusto. Ele não era Major, ele não tinha patente, ele não comprou patente, mais foi apelidado de Major, Major Augusto (...). Então tudo se originou do Engenho Goiamunduba que fabrica desde 1877 a cachaça Rainha, aguardente de cana Rainha que ainda hoje fabrica. Então do meu bisavô foi sucedendo para o meu avô Augusto Bezerra. Então com os lucros obtidos na época com a cachaça Rainha do Engenho, ele comprou Caboclo do Dr. Machado. E aí agregou várias propriedades: agregou Olho D'Água, agregou a Raposa, agregou o Miguel, agregou Pannels, agregou Bernardino e ele transformou tudo numa só propriedade que se chamava e tornou-se a conhecer como Caboclo. Ela media mais ou menos em torno de 3 mil hectares de terra e abrigava 300 famílias aproximadamente. (depoimento do Sr Augusto Bezerra em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

Além do poder sobre a terra, as famílias Rocha e Bezerra Cavalcanti detiveram a hegemonia política do município de Bananeiras, alternando-se no comando da gestão municipal em 15 dos 36 mandatos de prefeito que governaram o município de 1890 até 2008. (SILVA, 2007)¹⁷

Sobre a participação política da família Bezerra na região, assim se refere o Sr. Augusto Bezerra:

¹⁶ “O seu nome de batismo era Estevão José da Rocha, nascido na casa grande da fazenda Serra Branca, há uns 200 anos, filho de Antonio Ferreira de Macedo e Ana de Arruda Câmara Ferreira de Macedo (nesse tempo havia o costume de homenagear um contraparente ou amigo querido dando-lhe o seu nome aos filhos – daí porque o sobrenome do barão ter sido tão diferente dos seus pais).” (ARAÚJO, J. A. P. de. O barão de Araruna, um lavradense ilustre. Disponível em: <http://www.pedralavrada.com> Acesso em: 10 out. 2010).

¹⁷ Cf. Quadro de prefeitos nomeados e eleitos em SILVA, Manoel Luiz. 2007, p.25.

Quero só acrescentar aqui pra você enriquecer o seu trabalho que (...) meu pai Mozart Bezerra foi o primeiro prefeito de Dona Inês, Dona Inês quando se emancipou de Bananeiras e foi prefeito de Bananeiras duas vezes. Eu fui prefeito daqui três vezes e meu avô Major Augusto foi prefeito uma vez então nós temos juntos eu fui catorze anos meu pai foi nove porque pegou um mandato de cinco são dezenove e meu avô quatro são vinte e três anos de serviço diretamente prestado, direto, direto prestados ao município de Bananeiras e a sua gente (entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

Além da Fazenda Caboclo, existem outras propriedades, tanto no município de Bananeiras como nos municípios adjacentes, pertencentes à família Bezerra Cavalcanti. São fazendas ocupadas com engenhos de cultivo de cana-de-açúcar, com pecuária e outras com produtos agrícolas. Dessas fazendas, a família não abriu mão para a desapropriação. Uma dessas propriedades é o engenho Goiamunduba famoso pela produção da cachaça Rainha.

Quando questionado sobre o engenho Goiamanduba que pertencia à sua família, assim respondeu o senhor Augusto Bezerra:

Ela continua com a família (...). O engenho Guaiaimanduba com toda sua extensão territorial é uma propriedade com cento e cinco hectares, tem uma área de reserva florestal registrada em cartório (...) Veja bem: Guaiaimanduba de Baixo é a que fabrica aguardente Rainha, o Guaimanduba de Cima é que fabricava antigamente aguardente Cascavel, era outro engenho. Então o assentamento que teve foi Guaiaimanduba de Cima. O de baixo não, nós temos o nosso engenho nós temos setenta funcionários oitenta de carteira assinada, quarenta pessoas que residem no próprio engenho. (entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

3.2. Características naturais e formas de utilização do solo

A antiga Fazenda Caboclo localizava-se, como já visto na figura 7, na porção noroeste do município de Bananeiras. O relevo local caracteriza-se por ser muito ondulado e os solos são relativamente rasos.

Internamente, a propriedade apresenta condições naturais diferenciadas, como explica o senhor Augusto Bezerra:

Uma propriedade de uma grande extensão territorial ela tinha dois climas, um da serra, que é o Caboclo onde você nasceu onde minha comadre Regina sua mãe morou, onde meu compadre Severino morou, e tinha completando Caboclo e Olho D'Água e tinha a parte da Raposa que era a parte seca do Curimataú, após o rio, a divisão era o Rio Curimataú (entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

Essa diversidade interna do relevo e do clima refletia-se nas formas de uso do solo. De fato, segundo os entrevistados, buscava-se plantar as culturas comerciais nos trechos cujas condições naturais eram mais propícias ao desenvolvimento específico de cada uma. Isto possibilitou a produção de várias lavouras comerciais na propriedade.

Na verdade, três culturas comerciais tiveram importante papel nas formas de utilização do solo e nas relações de trabalho desenvolvidas na fazenda: Trata-se de culturas que marcaram época no processo de formação do território de Bananeiras e da região agrestina, quais sejam: o algodão, o fumo e o sisal.

O cultivo dos três produtos comerciais supracitados determinou, por várias décadas, os tipos de relação de trabalho na fazenda. A depender do tipo de produto cultivado e do sistema de produção adotado para cada cultura, os agricultores ora assumiam o papel de moradores de condição, pagando com trabalho pelo direito de morar na terra; ora lhes era cobrada uma renda em produto. Em outros momentos, os moradores também se assalariavam na própria propriedade.

Os ex-moradores afirmam que toda produção era realizada sob os olhares do dono da fazenda. Era uma forma de garantir a renda da terra e o controle total dos moradores que só plantavam o que o proprietário permitia. Quando algum morador insistia e plantava algum tipo de lavoura sem a autorização do proprietário, era obrigado a arrancar; quando fazia alguma reforma na casa ou construía alguma palhoça sem a devida autorização, era obrigado a desmanchar. Essa era uma forma de garantir o controle sobre a terra e sobre os camponeses.

Assim a gente não tinha direito de plantar roça, não tinha o direito de construir uma casa, tudo que eles faziam tinha de ser com ordem do patrão. Na época que a gente chegou aqui em 78¹⁸, eu ainda me lembro que eles não deixavam nem o pessoal de fora tirar água dos tanques, no caso, as canoas¹⁹, eles não deixavam o pessoal de fora ir buscar. O proprietário na época era o Sr. Mozart. A casa, eu me lembro muito bem, eu já estava aqui, já tava bem crescidinha, que tem um empregado ali que fez uma cozinha e o patrão mandou derrubar. A lenha, ninguém tirava um pau de lenha se não fosse por ordem dele, que no caso não era errado, hoje em dia ninguém pode tá desmatando. Isso daí ele tava certo, mais ele proibia do pessoal de fora tirar

¹⁸ Refere-se a 1978.

¹⁹ Os camponeses da antiga Fazenda Caboclo chamam de “canoas” as formas abaciadas presentes nos afloramentos de rocha também conhecidas como “tanques” muito comuns na região do Curimataú. Essas áreas acumulam água de chuva, “água doce” como dizem os camponeses, que era utilizada para suprir as necessidades dos moradores da fazenda nos períodos de seca.

água dos tanques dele. (depoimento de Josefa Silva de Araújo, entrevista realizada dia 23 de abril de 2010).

O senhor Augusto Bezerra fez menção à presença dos tanques ou canoas (Fig. 08) existentes no interior da propriedade afirmando que

Essa propriedade ainda tinha vários tanques e reservatórios de água. (...) naquela época não tinha água tratada, nem água encanada, então o Major Augusto juntamente com Dr. Clóvis e Mozart Bezerra que era meu pai, eles dois fizeram vários depósitos de água naquelas pedras (Fig.8), onde podia pular e fazer uma barragem para que o povo dali pudesse viver e usar aquela água para beber e para outro tipo de uso (entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).



Fig. 8 – Um dos reservatórios naturais de água para uso dos camponeses da Fazenda Caboclo, chamado de tanque ou canoa. Arquivo: Manoel Vieira da Silva, 2010.

3.2.1 Diversidade do uso do solo e das relações de trabalho na Fazenda Caboclo

O algodão foi cultivado durante muito tempo na propriedade. Não se tem notícia do período da introdução dessa lavoura, mas, segundo os entrevistados, ela era cultivada nas áreas mais secas, situadas na porção oeste da propriedade, em consórcio com o feijão e o milho, como será demonstrado no croqui 1²⁰.

A relação de trabalho dominante na atividade algoeira era a parceria. Os parceiros pagavam a renda da terra ao proprietário em forma de produto, no caso, com a metade do

²⁰ O croqui 1 foi elaborado com base na descrição feita por antigos moradores da propriedade sobre as formas de uso do solo e sua distribuição na Fazenda Caboclo na década de 1960.

algodão produzido. A outra metade era vendida ao proprietário da terra pelo preço que este determinasse.

O cultivo do algodão foi se reduzindo e desapareceu completamente na segunda metade dos anos de 1980, em virtude da praga do bicudo que se expandiu por todo o estado, destruindo os algodoais e desarticulando a economia algodoeira.

Uma segunda cultura comercial que foi cultivada na Fazenda Caboclo foi o sisal. Segundo Almeida (2006),

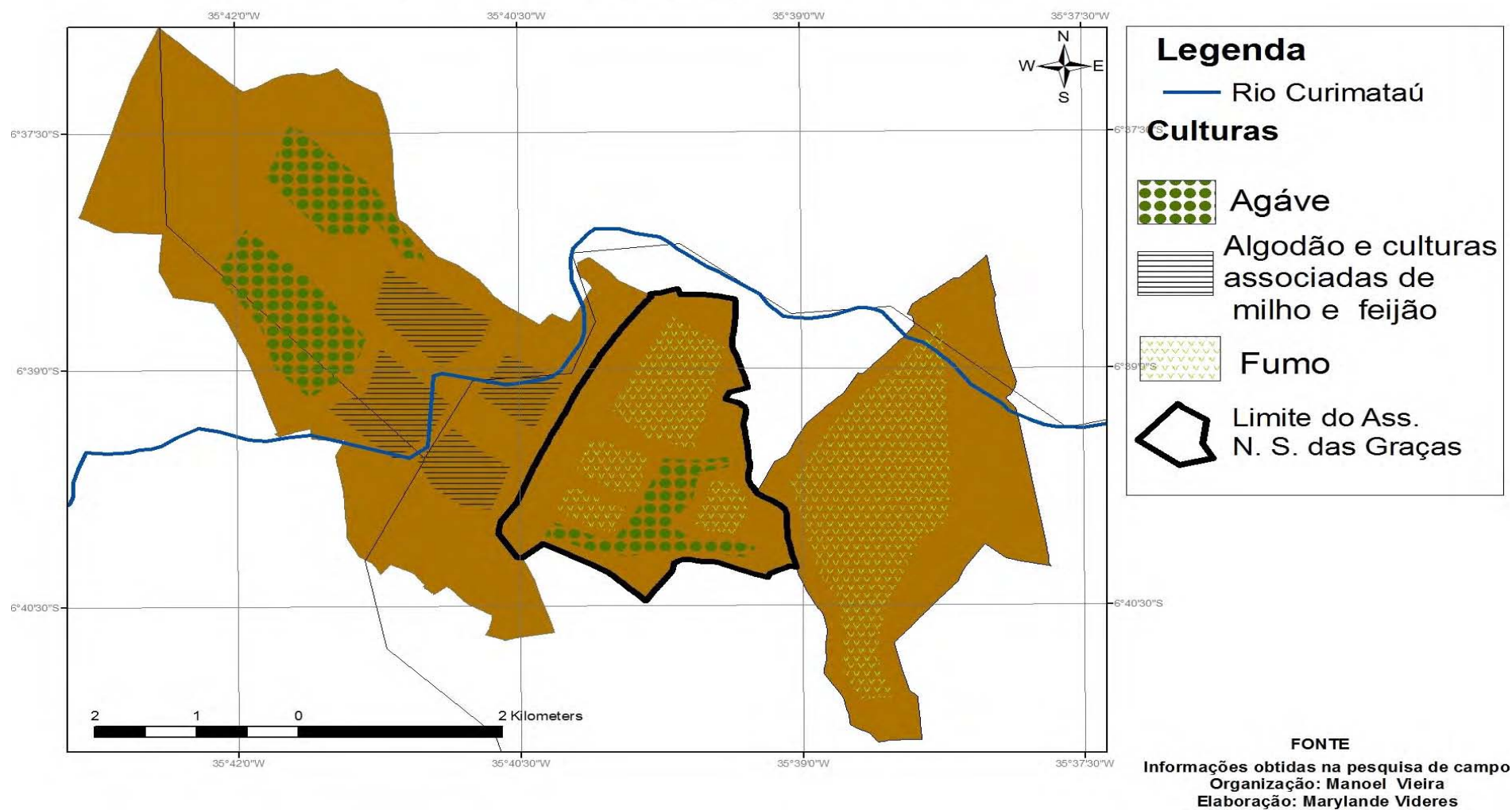
O desenvolvimento do sisal fora dos centros tradicionais de produção, enquanto cultura de exportação se deu com a Segunda Guerra, nos anos 1940, em virtude da desorganização dos principais países produtores e do aumento da demanda dos mercados interno e externo. Na década de 1950, no que tange à produção mundial, o Brasil assumia a segunda posição dos países exportadores, com destaque para os estados da Paraíba e Bahia (p.137).

O sisal começou a ser plantado na propriedade na década de 1950 e continuou a ser cultivado até o início dos anos de 1970, seguindo a trajetória dessa cultura no Agreste-Brejo paraibano.

Trata-se de uma cultura de ciclo vegetativo longo, que é utilizada na fabricação de cordas e estopas pelo setor industrial do estado. A fibra do sisal é também exportada para o exterior para ser utilizada nas indústrias de papel e celulose. De acordo com Almeida (2006),

O produto, a fibra, pode ser utilizado na fabricação da cordoaria em geral e fios, em destaque o baler twine, fio agrícola para atar fardos de feno e palha de cereais, e o binder twine, fio mais fino e menos resistente que o baler, destinado ao feixe de cereais. Utiliza-se, também, o produto na fabricação de cabos marítimos, tapetes, artigos de vestuário, calçados, artesanatos etc. Há, ainda, os seus subprodutos: polpa, bagaço, bucha, caldo ou mosto, os quais são utilizados na estoparia, na fabricação de papéis e papelão e, no caso do caldo ou mosto, transformado em produtos para serem usados como forragem animal (p. 137-138).

Formas de utilização das terras da Fazenda Caboclo - década de 1960



Croqui 1 – Esboço elaborado com base em depoimentos colhidos na pesquisa de campo.

Referindo-se ao processo de trabalho na cultura do sisal no Agreste paraibano, Moreira e Targino afirmam o seguinte:

Os trabalhadores responsáveis pela retirada da folha são chamados de cortadores. O corte do sisal é feito com uma pequena foice. Uma vez cortadas, as folhas do sisal são levadas em burros pelos “cambiteiros” até o lugar onde se encontra a desfibradeira. Esta ocupa dois “puxadores de sisal” que introduzem a folha na máquina e um “bagaceiro” que se encarrega de retirar o bagaço. Após o processo de desfibramento o sisal é colocado ao sol para secar e em seguida amarrado em “molhos” para ser comercializado (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 83)

O processo de beneficiamento do sisal ou agave (processo que consiste em extrair a fibra da folha do sisal), na Fazenda Caboclo, foi por muito tempo manual. Utilizava-se a desfibradeira manual (Fig. 09), onde a folha do agave era presa e depois puxada pela ponta, separando a fibra do bagaço.



Fig.09 – Desfibradeira manual utilizada para fazer o desfibramento do agave.
Arquivo: Manoel Vieira da Silva, 2010.

Este último procedimento exigia um esforço maior do trabalhador, que não contava com a força do motor para desfibrar o agave. Havia dezenas dessas desfibradeiras espalhadas pela Fazenda Caboclo entre os anos de 1950 e 1970; no município de Bananeiras eram centenas, e no Agreste eram milhares. Geralmente era fixada embaixo de uma árvore ou, quando muito, sob uma palhoça feita no campo de agave.

A desfibradeira mecânica, máquina movida por um motor à base de óleo diesel, só chegou à propriedade no final do período de produção do sisal. Tratava-se de um motor de

pequeno porte que foi desenvolvido na Paraíba e, por isso, passou a ser conhecida como “máquina paraibana” (Fig. 10).



Fig. 10. – Desfibradeira mecânica de agave, a “máquina paraibana”.

Arquivo: Galeria pfragoso. Disponível em:

<http://www.flickr.com/photos/pfragoso/3498657809/in/photostream/> Acesso em: 18 fev. 2011.

De acordo com Moura, tratava-se de uma verdadeira engolidora de dedos, mãos e braços dos trabalhadores:

A cultura do sisal é um dos processos mais desumanos da agricultura brasileira. No sistema tradicional de produção, a base é a chamada usina, que funciona com um pequeno motor desfibrando as palmas do sisal (...). São estas máquinas [chamadas paraibanas] que engolem os dedos, as mãos e os braços dos trabalhadores que as manipulam (MOURA, 1985, p.17).

Excetuando-se a etapa do desfibramento, quando a máquina era utilizada, nas demais etapas do processo de produção, quais sejam o corte (Fig. 11), a secagem do agave (Fig. 12), o transporte (Fig. 13), o empilhamento e a pesagem (fig.14), utilizava-se técnicas bem simples.



Fig. 11. – Processo de corte do sisal



Fig. 12 – Secagem do sisal.

Arquivo: Galeria pfragoso. Disponível em:

<http://www.flickr.com/photos/pfragoso/3498657809/in/photostream> Acesso em: 18 fev 2011.



Fig. 13 – Transporte dos molhos de sisal Fig. 14- Processo de pesagem do sisal.

Arquivo: Galeria pfragoso. Disponível em:

<http://www.flickr.com/photos/pfragoso/3498657809/in/photostream> Acesso em: 18 fev. 2011.

Trabalhar com a colheita do agave não era tarefa fácil, era uma das atividades mais estressantes do lugar. Nas assembleias realizadas pela Associação dos Produtores do Assentamento Nossa Senhora das Graças, as quais presenciamos, foi possível ouvir algumas histórias contadas pelos assentados nos momentos que antecediam o início da reunião, comparando a época do agave com os dias atuais: “Não era para qualquer um passar um dia todo puxando agave naquela máquina.” “À noite, o cabra ficava de espinha torta.”

O sisal ocupava duas áreas no interior da fazenda: uma mais a oeste da área de cultivo do algodão, num trecho bem seco da propriedade e outra na porção central da fazenda (Ver croqui 1).

De acordo com ex-moradores entrevistados, durante o período em que o sisal foi cultivado na propriedade, as terras destinadas às culturas alimentares para o consumo das famílias camponesas retraíram-se. Ao mesmo tempo, foi implantado o trabalho assalariado como forma de resolver o problema de mão-de-obra para o cultivo, a colheita e o desfibramento do sisal. Geralmente os salários eram pagos por produção, como confirma o senhor Augusto Bezerra: “o sisal não era meia, o sisal era só do proprietário, ele pagava pelo serviço prestado” (entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009). Com isso, pode-se atribuir à cultura sisaleira a redução da parceria, tradicional na produção do algodão, e a expansão do trabalho assalariado na Fazenda Caboclo.

Houve, portanto uma conquista de terras às outras culturas por parte do sisal. Na medida em que este passou a ocupar terras antes dedicadas às culturas de subsistência, contribuiu de um lado, para o declínio do sistema de aforamento e parceria e de outro lado, para a expansão das formas

assalariadas de trabalho. (MOREIRA, 1990, p.16, apud MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 83-84).

A desvalorização da fibra do sisal no mercado externo e sua substituição pela fibra sintética fizeram despencar o preço do produto e desestimular a sua produção. No final da década de 1960 e início dos anos de 1970 o plantio de sisal foi se reduzindo até se extinguir na propriedade.

Outra cultura também cultivada na Fazenda Caboclo foi o fumo de rolo (Figs. 15 e 16). Ele substituiu o sisal e foi cultivado até 1973, segundo os entrevistados. Enquanto o sisal era produzido com uso de mão-de-obra assalariada, a cultura do fumo fez retornar com força o sistema de “parceria”. O camponês recebia a terra do proprietário e a muda de fumo para plantar. Todas as despesas com o plantio, a limpa, a colheita e o processamento do fumo ficavam ao encargo do camponês. Ao final da colheita, a produção era dividida ao meio, ficando o parceiro com 50% e o proprietário com 50% (sistema de meia). A comercialização da metade que cabia ao parceiro era regra geral feita na própria propriedade, uma vez que, segundo ex-moradores entrevistados, a exemplo de D. Tereza Lucas, os moradores eram obrigados a dar preferência de compra ao proprietário, repassando-lhe geralmente o produto por um preço por ele estabelecido, o qual fazia o papel de atravessador entre o “parceiro” e o mercado.



Fig. 15 – Exemplo de área cultivada com fumo. Fig. 16 – Exemplo da forma de secagem do fumo. Fonte Fig. 15: Arquivo Davy Sales. Disponível em: <http://ipt.olhares.com/data/big/266/2661555.jpg> Acesso em: 18 fev. 2011. Fonte Fig. 16: Disponível em: http://lh6.ggpht.com/_QqFXsELs4D8/Sq8F77EfbKI/AAAAAAAAADHo/8sGPcjUR9Tg/arap_fumo1%5B28%5D.jpg?imgmax=800 Acesso em: 18 fev. 2011.

Segundo um dos entrevistados, na época do plantio do fumo, os moradores que, por alguma coincidência, tivessem qualquer cultura de alimento plantada na área destinada pelo proprietário, aquele cultivo tinham de ser arrancado, independentemente da sua fase de

desenvolvimento. Assim, como o sisal, o fumo também contribuiu para a redução da produção alimentar dos camponeses na fazenda.

O empregado só trabalhava com o que o patrão queria, como no caso do fumo, né? O pessoal só plantava fumo porque era a cultura dele, só era o fumo. Ele arrancava o feijão para plantar o fumo. Eles plantavam assim, chovesse em janeiro plantava o feijão, aí ele semeava a semente no mês de maio, né? Prá arrancar em julho. Em julho tinha que arrancar o feijão, podia tá cheio de bagem, cheio de canivete, de flor, prá dar lugar ao fumo. Não tinha o direito de plantar roça, né? (depoimento do Sr. Renato Pedro – presidente da Associação dos Moradores do PA Nossa Senhora das Graças. Entrevista em 30 de out. de 2009).

De acordo com o Senhor Augusto Bezerra, durante a época em que se plantava fumo e algodão utilizando o sistema de parceria, “os moradores, os meeiros tinham uma área reservada para plantio de mandioca, feijão e milho. Essas três culturas de subsistência não entravam nem na parceria nem na meia, eram deles” (depoimento do senhor Augusto Bezerra em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

Sobre o beneficiamento do fumo produzido na Fazenda Caboclo, assim se refere o senhor Augusto Bezerra:

O fumo era transportado de lá prá ser feito aqui em Bananeiras, aqui no armazém daqui de casa. O fumo era todo transportado em carro de boi, era dez a doze carro de boi, os carreiros vinham de manhã e traziam o fumo e a tarde voltavam pro Caboclo isso todos os dias. O fumo era trazido de lá *in natura*, é na folha, para fazer aqui a corda, e depois de feita a corda do fumo se colocava naquele sarilho chamado, colocado naquelas madeiras e voltava para o Caboclo para fazer o período de quaração, depurar dois a três meses até ficar no ponto, até ficar no ponto. (depoimento do senhor Augusto Bezerra em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

No que diz respeito à obrigatoriedade de comercialização da metade da produção do meeiro com o proprietário, alegação feita pelos ex-moradores entrevistados, o senhor Augusto Bezerra não confirma e informa que havia liberdade para a comercialização, como pode ser visto no depoimento abaixo:

Você tinha meeiro de fumo vou dar aqui um exemplo bem prático compadre Severino seu pai, então ele produzia dez rolos de fumo, cinco era meu, cinco era dele. Ele não era obrigado a vender a mim, eu ofertava o meu preço se você quiser vender a sua parte eu lhe vendo por tal preço vamos dizer a dez reais o quilo se ele não quisesse vender ele poderia vender a quem ele quisesse, ele não era obrigado a vender a mim, entendeu como é? Ele não era obrigado a vender. (depoimento do senhor Augusto Bezerra em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009)

Além do agave e do fumo de rolo cultivados no sítio Caboclo, a pecuária também representava uma importante fonte de riqueza para o proprietário do latifúndio. Essa atividade era desenvolvida nas áreas adjacentes às cultivadas com lavouras. O morador do Sítio Caboclo tinha a opção de participar da atividade pecuária nos mesmos moldes da produção do fumo, ou seja, no sistema de parceria. Ele recebia do proprietário da fazenda um ou dois bezerros para criar; não podendo, porém, deixá-los soltos. O gado tinha que ficar permanentemente preso à corda; quando o bezerro estava no ponto de abate, era vendido e o dinheiro apurado era dividido meio a meio, sendo que, assim como no caso do fumo, o gado era avaliado pelo proprietário que também tinha a preferência de compra.

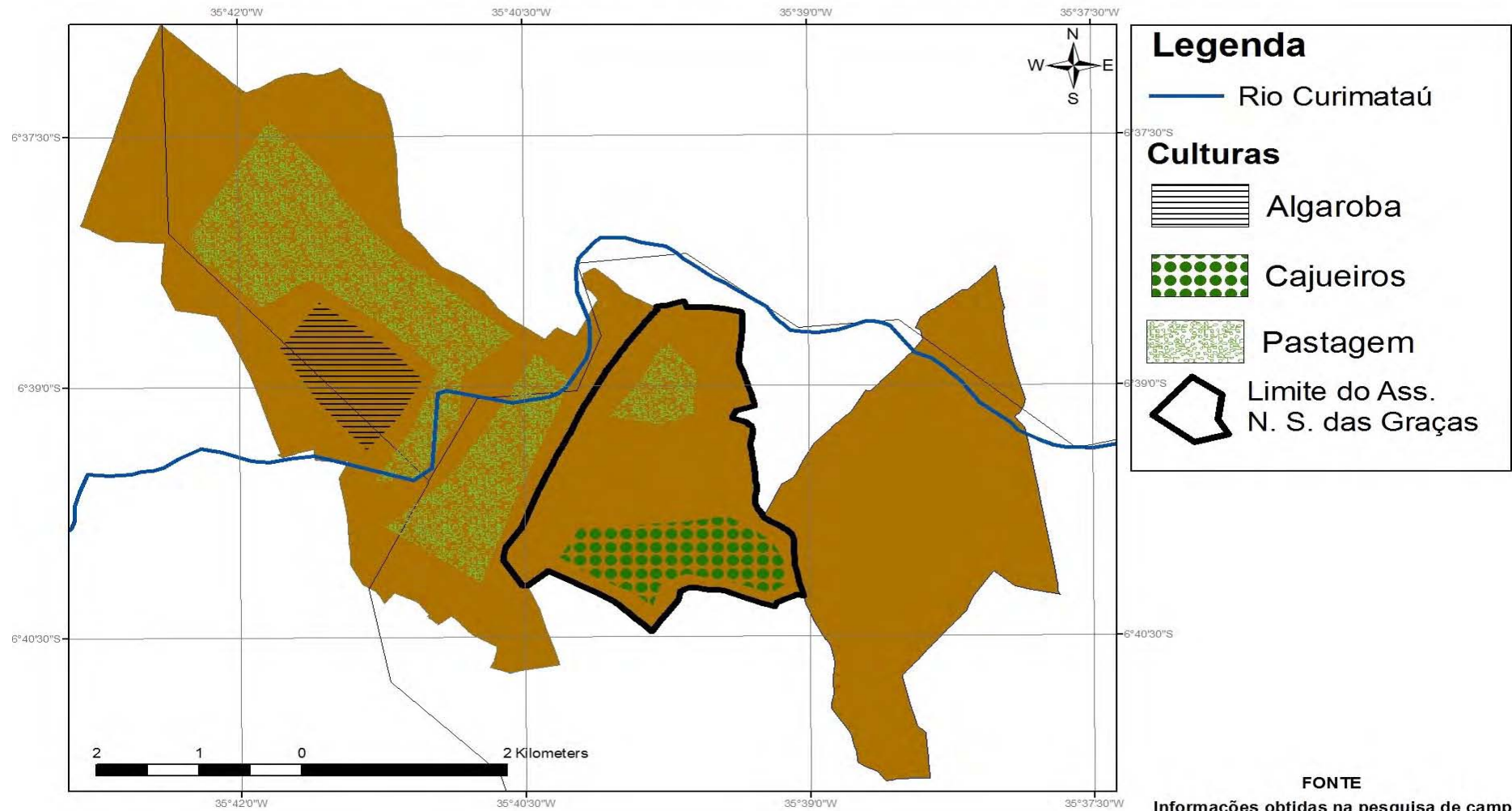
O senhor Augusto Bezerra fez várias menções às relações de trabalho existentes na fazenda e às formas de uso do solo. Referindo-se ao tamanho da propriedade e às condições de trabalho, ele afirma: “Ela media mais ou menos em torno de 3 mil hectares de terra e abrigava 300 famílias aproximadamente. Essas famílias se dividiam entre meeiros de algodão na parte do Curimataú, e meeiros de fumo na parte da serra” (entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

Ainda com relação às formas de trabalho e de uso da terra, ele assim descreve a realidade vista do seu ângulo:

Então naquela época eram trezentas famílias meeiras de fumo e meeiros de algodão. Então tinha nessa propriedade, se plantava fumo e algodão em sociedade, em regime de parceria, em regime de meia, onde a parte, metade era do proprietário e metade do meeiro. O proprietário fornecia na época, ele fornecia o dinheiro sem juros para o custeio da produção e fornecia os equipamentos, naquele tempo não tinha trator era boi, o boi e a enxada. Então essa propriedade produzia aproximadamente quatrocentas toneladas de algodão e produzia aproximadamente quarenta mil hectares de fumo ano ou safra. (depoimento do senhor Augusto Bezerra Neto em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

Com o declínio das lavouras comerciais, ocorreu uma expansão da atividade pecuária na fazenda. A pastagem plantada, o capim e a algaroba substituíram as antigas áreas de cultivo do algodão e de sisal na porção oeste da fazenda. Foi também introduzido o plantio de cajueiro na porção mais úmida, antes cultivada com sisal e fumo (Ver croqui 2)

Formas de utilização das terras da Fazenda Caboclo - década de 1980



Croqui 2 – Esboço elaborado com base em depoimentos colhidos na pesquisa de campo.

Referindo-se à crise do sisal e à tentativa de ampliar a atividade pecuária na propriedade, afirma o senhor Augusto Bezerra:

O sisal por sua vez foi sendo substituído pelas cordas sintéticas e conseqüentemente essa propriedade parou o seu rendimento. Então tinha uma opção que era o gado, e meu pai que sucedeu o Major Augusto, o herdeiro, e com a morte do Major Augusto essa propriedade foi herdada por Clóvis e meu pai Mozart. Então eles tiveram a opção, não deixaram os moradores, uns foram embora por conta própria porque não tinha mais o que fazer e ficaram ainda cento e sessenta moradores, e desses cento e sessenta meu pai fez o seguinte: reservou uma área onde eles moravam, ou onde eles tavam: Caboclo, Raposa e Miguel para que eles trabalhassem para eles, onde iam plantar milho, feijão e mandioca prá eles e reservar uma área de para criação de gado para os proprietários. (depoimento do senhor Augusto Bezerra Neto em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

Pensamos na algaroba, na algaroba e chegou-se a plantar seiscentos hectares de algaroba, mais a algaroba nessa região não é produtiva, e assim nós ficamos sem opção nessa propriedade. A Paraíba até hoje está sem opção, até hoje o governador falava na abertura de animais de João Pessoa, domingo próximo passado que a Paraíba depois perdeu o sisal, perdeu o algodão, perdeu o fumo, perdeu outras culturas não recuperou (...) não teve substitutos ficou com aquela cultura de subsistência, cultura de subsistência, mais cultura assim para industrialização nós não tivemos. Aqui por exemplo na grande Bananeiras antigamente eram vinte e três engenhos de fabricação de rapadura e cachaça, hoje só tem um funcionando que é o da Rainha. (depoimento do senhor Augusto Bezerra Neto em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009).

A atividade canavieira nunca foi desenvolvida na propriedade, apesar dos proprietários também serem donos de engenho. Isto porque as condições de clima e solo da fazenda não eram propícias ao desenvolvimento de uma lavoura exigente em água e umidade como a cana.

A terra geralmente liberada para a produção de alimentos pelos moradores era, segundo eles, geralmente exígua. Os solos pouco espessos com aptidão agrícola limitada e as condições técnicas de produção rudimentares contribuíam para que a produção dos camponeses fosse insuficiente para a reprodução/manutenção da família. Isto garantia ao proprietário uma mão de obra que se submetia às relações de trabalho por ele estabelecidas. Por outro lado, a renda oriunda da parceria na produção do algodão, do fumo e da pecuária e o salário obtido na atividade sisaleira constituíam um complemento necessário à sobrevivência da família camponesa.

Das lavouras de subsistência, as mais cultivadas pela comunidade eram o feijão macáçar, o feijão mulatinho, a mandioca, o milho, a bata-doce e a fava. A mandioca era o único produto beneficiado no local, seus subprodutos eram: a farinha, o beiju e a tapioca. Para o seu

processamento, disponibilizava-se de uma casa de farinha, pertencente ao proprietário da fazenda, que cobrava uma “conga”²¹ equivalente a 23% da farinha produzida.

Antes de ser assentamento quando seu Mozart Bezerra era o dono da casa de farinha ela tinha a capacidade de reter 23% de cada 100 kg de farinha que cada morador fazia. (...) na época que seu Mozart era proprietário daqui, não saía uma mandioca vendida no caminhão, nem em pensamento. Eu cansei de ver essa casa de farinha aqui às vezes quando eu ia lá pro capão fazer cerca, quando eles chamavam para trabalhar, teve vez, não era toda vida, deu prá ver mandioca do lado de fora da parede, as pessoas atrás de uma vaga e não tinha para fazer a farinha e pagava 23%. (Renato Pedro – presidente da Associação dos Moradores do PA Nossa Senhora das Graças. Entrevista em 30 de out. de 2009)

A casa de farinha funcionava completamente com sistema manual, desde a moagem da mandioca até a secagem da farinha no forno. A energia elétrica só chegou ao sítio Caboclo na década de 1990, pouco antes do processo de desapropriação da propriedade.

Com o colapso das culturas do agave e do fumo, na década de 1970, e as sucessivas secas que atingiram a região (secas de 1979-1983; 1993) prejudicando não só a atividade agrícola como também a atividade pecuária, a propriedade sítio Caboclo ficou praticamente reduzida à atividade de produção de alimentos para subsistência, desenvolvida pelos camponeses que lá viviam há várias gerações. A terra perdeu o valor econômico para os proprietários que, não encontrando outras alternativas para sua exploração, a colocaram à disposição do Incra para efeito de desapropriação.

(...) com o advento dessas estiagens prolongadas, isso há dez anos atrás, o rendimento do gado não é um rendimento bom, principalmente numa terra como a nossa. (...) Então se viu por bem, já que tinham cento e sessenta famílias, que viveram em paz todo tempo, e se ofereceu, com um entendimento com o INCRA, para que o INCRA comprasse essa propriedade e desapropriasse. Foi amigável, razão pela qual não houve conflito, porque não tinha como meu pai, não ia expulsar cento e sessenta famílias e cercar; e aquelas famílias também ajudaram a construir essa propriedade. Então o INCRA foi de uma forma amigável, fez a desapropriação amigável e deixou cada família no seu lote lá, dividiu a propriedade em vários lotes e cada família ocupou o seu lote. (depoimento do Sr Augusto Bezerra em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009)

3.2.2 O processo de desapropriação

O processo de desapropriação da Fazenda Caboclo teve início com uma solicitação encaminhada ao Incra por uma comissão de agricultores com a interveniência da Comissão

²¹ Expressão utilizada para expressar a quantidade de farinha que cada camponês tinha que pagar ao proprietário de casas de farinha pelo direito de usá-las e fabricar sua farinha. O sistema de “conga” ainda é muito utilizado nas regiões da Mata e do Agreste paraibanos (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Pastoral da Terra (CPT). Como era interesse dos proprietários repassarem o imóvel ao Incra, o processo se deu sem conflito.

Os 3.049,2790 hectares desapropriados distribuem-se por três municípios do Agreste Paraibano, quais sejam Bananeiras, Solânea e Dona Inês. A fazenda deu origem a três assentamentos rurais: o PA Nossa Senhora do Livramento, correspondendo à área da Fazenda Caboclo localmente conhecida como sítio Olho D'Água; o PA Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, correspondendo às áreas da propriedade conhecidas como sítios Raposa e Miguel; e o PA Nossa Senhora das Graças, correspondendo às áreas denominadas localmente de sítios Caboclo e Ovelha, recorte territorial objeto desta pesquisa (Ver Fig.6).

Ao PA Nossa Senhora das Graças foi anexada a área da antiga fazenda São José (também conhecida como sítio Macacos) (Fig. 6), que também foi desapropriada pela INCRA e repassada para 15 famílias de antigos moradores. Esse processo é narrado pelo senhor Augusto Bezerra:

Temos ali um companheiro Zé, um vizinho. Com a desapropriação do Caboclo então a propriedade de Zé Eptácio e Djalma Eptácio conhecida como Djalma Nanó (...), então eles aproveitaram também a oportunidade e venderam também a parte dos Macacos²² que é próximo, vizinho ao Caboclo ao INCRA. Então hoje é uma área de assentamento com poucas opções, certo, e mais pessoas aposentadas que residem lá, e mais foi uma coisa boa que ficou na mão daquelas pessoas que ajudaram a construir também aquela propriedade, os próprios moradores. (depoimento do Sr Augusto Bezerra em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009)

No que se refere à incorporação da Fazenda São José ao Assentamento Nossa Senhora das Graças, esta se deu após a desapropriação daquele imóvel e a criação do Assentamento. Segundo o depoimento da Sra. Josefa Araújo, antiga presidente da Associação do Assentamento São José, a anexação se deu em virtude dos recursos que deveriam ser dirigidos pelo Incra ao novo assentamento não chegarem à Associação e ficarem no PA Nossa Senhora das Graças, o que complicava a vida dos assentados e do próprio assentamento. Por orientação da CPT, a Associação do PA São José foi extinta e o assentamento se integrou ao PA Nossa Sra. Das Graças.

Agente fundou uma associação quando foi desapropriada com as quinze famílias, mas o INCRA, em termo de projeto, não mandava prá nossa associação, repassava prá associação Nossa Senhora das Graças. Aí eu fui até a CPT, falei com a menina lá e ela disse que o melhor que eu poderia fazer era dar baixa na associação, porque eu ia ficar pagando um dinheiro todos os anos sem utilidade nenhuma, porque todo projeto que o INCRA manda é prá Associação Nossa Senhora das Graças, no Caboclo. Aí virou um assentamento

²² Refere-se à fazenda São José, também conhecida como sítio Macacos.

só porque a associação, quando a gente fundou aqui era São José, mas o INCRA não quis aceitar por má vontade de trabalhar com a gente. (Sra. Josefa Silva de Araújo, fundadora da Associação do ex-assentamento São José, depois incorporado ao PA Nossa Senhora das Graças).

Segundo a entrevistada, eram 15 famílias de moradores que antes da desapropriação da fazenda moravam e trabalhavam como meeiros, e no final da safra o patrão era sempre o grande beneficiado, enquanto os trabalhadores ficavam com quase nada depois de pagar as despesas efetuadas com a produção.

De acordo com o Sr. Augusto Bezerra, o INCRA pagou as benfeitorias da Fazenda Caboclo à vista, e a terra nua pagou em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em 20 anos. Assim, a Fazenda Caboclo foi desapropriada com base nos critérios estabelecidos pelo Estatuto da Terra e ratificado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.629/93.

(...) o INCRA pagou uma parte em TDA, Título da Dívida Agrária que você entende e esses títulos são resgatados em vinte anos, você passa vinte anos para receber todo ano você recebe sem reajuste, o que é injusto sem reajuste, e pagou uma parte das benfeitorias a vista fica retido vinte por cento pra qualquer eventual questão e depois nós damos continuidade ao andamento (...). (depoimento do Sr Augusto Bezerra em entrevista realizada dia 27 de novembro de 2009)

Documento consultado no INCRA dá conta de que foi paga uma indenização ao proprietário pelas benfeitorias, em moeda corrente, no valor de R\$ 259.393,79. Já a terra nua foi paga com títulos da dívida agrária (TDA), como estabelecido no Estatuto da Terra e na constituição de 1988, no valor correspondente a R\$ 487.728,00. O valor total da propriedade foi equivalente a R\$ 747.121,79.

A forma de desapropriação adotada pelo INCRA não agradou aos proprietários, particularmente no que se refere ao valor atribuído à terra nua, de apenas “duzentos e pouco reais por hectare”, segundo o Sr. Augusto Bezerra Cavalcanti Neto. Ele afirma ainda que

(...) o INCRA fez uma avaliação irrisória e nós contestamos judicialmente, é um direito que a lei nos dar de contestar, em não satisfeito contestar. Mas, essa contestação não impede o andamento da desapropriação ela não tem efeito suspensivo. A desapropriação acontece e você vai contestar na justiça. E faz doze anos que a gente luta e já ganhamos em todas as instâncias. O valor, a gente queria um valor justo, para se ter uma idéia eles avaliaram o Caboclo, propriedade onde você nasceu e conhece, em duzentos e pouco reais um hectare quantia irrisória, então nós contestamos e ganhamos na justiça. Agora, como o INCRA tem direito a apelar, você sabe que a nossa justiça brasileira é muito lenta; então: ganhamos aqui na Justiça Federal aqui em Campina Grande, ganhamos no Tribunal da 5ª região em Recife, ganhamos no Supremo em Brasília, ganhamos em todas as instâncias o valor que se aproximasse do

justo, tá certo? Eu não posso revelar esse valor por que é de família e não transitou em julgado, ainda, e pode prejudicar o andamento do processo (...) (depoimento do Sr Augusto Bezerra em entrevista no dia 27 de novembro de 2009).

Se do lado dos ex-proprietários há queixas em relação ao preço da terra, do lado dos antigos moradores há reclamação em relação ao fato das benfeitorias terem sido pagas à vista pelo INCRA aos proprietários, sem levar em conta que muitas delas foram construídas pelos moradores. São famílias de moradores antigos, alguns moram no lugar há 60 ou 70 anos, muitos construíram suas próprias casas, plantaram as lavouras permanentes (cajuero, mangueira, etc...) e não tiveram nenhum direito à indenização.

Começaram medir as casas, contar os pés de pau e ninguém sabia de nada o que estava acontecendo, ninguém sabia que a terra ia ser vendida. Aí quando estabeleceu-se que a terra foi vendida pronto, já estava vendida e ninguém podia fazer nada. Aí foi tempo que Zilma²³ apareceu junto com o Padre Luis²⁴, se eu não estou enganada, de Guarabira, gente boa. Zilma é gente boa, boas propostas, mas não quiseram ela aqui dentro. (...) Ninguém sabia que iam vender essa terra, quando a gente soube seu Mozart já tinha vendido a terra, nós estávamos vendidos, porque nós fomos vendidos. Não teve um que tivesse direito a uma tampa de garrafa. (depoimento de Dona Maria Targino Muniz em entrevista no dia 15 de outubro de 2009)

Os moradores da antiga Fazenda Caboclo passaram de moradores de condição: em uns momentos, de meeiros, em outros, de moradores assalariados ou foreiros em outros, dependendo sempre da necessidade do proprietário do latifúndio, para a situação de moradores assentados.

A partir da desapropriação do latifúndio, toda a relação dos trabalhadores com a terra e com o proprietário da fazenda foi esquecida, como se eles não tivessem vivido durante décadas naquele lugar. Ao final do processo de desapropriação, eles foram tratados como se fossem acampados, que não tinham nenhuma relação com aquela terra e, só passaram a ter, depois da distribuição dos lotes. Toda a vida na antiga fazenda ficou para trás, inclusive o próprio nome “Caboclo”, que deu lugar ao PA Nossa Senhora das Graças. Foram décadas trabalhando e ajudando a construir a fazenda, como reconhece o proprietário em sua fala, por ocasião da entrevista.

O entendimento por parte ex-proprietário da participação dos moradores na construção da fazenda torna pertinentes as queixas de alguns assentados sobre a falta de indenização pelos serviços prestados à fazenda, isto é, que foram desconsiderados tanto pelo proprietário como pelo INCRA como sujeitos de um processo.

²³ Membro da CPT que deu assistência aos trabalhadores.

²⁴ Padre Luis Pescarmona da Diocese de Guarabira.

Eu moro aqui há trinta e três anos, morei vinte e três anos dentro do capim, trabalhava longe daqui. Aí foi tempo que disseram que a terra entrou prá reforma agrária e a gente começou a trabalhar aqui, arrancamos o capim e começamos trabalhar. (...) A primeira reunião aqui foi com o sindicato, nós não sabíamos de nada, o sindicato chegou e explicou que a terra tava em reforma agrária e ia desapropriar prá nós. (...) Aqui era tudo de meia: o fumo era de meia e o algodão era de meia. Metade era dele e a outra metade a gente vendia pra ele, não podia vender fora, tinha que vender pra ele do preço que ele queria. (...) Às vezes sobrava alguma coisinha e às vezes não sobrava nada, porque: se a gente plantava o fumo e botava estrume tinha que pagar; se botasse um trabalhador tinha que pagar; se tivesse uma galinha no terreiro tinha que matar prá dar o povo prá fazer o fumo. (...) Não recebemos nada de indenização. (D. Tereza Lucas, assentada do PA Nossa Senhora das Graças. Entrevista em 21 de agosto de 2010)

Os sujeitos cuja utopia se centrava na posse da terra foram tratados, no momento da negociação da terra entre o proprietário e o Incra, como “objetos” e não estavam organizados o suficiente para reivindicar os direitos que tinham enquanto sujeitos da história da construção da fazenda.

Em entrevista, Dona Maria do Rosário Santos Miguel, assentada do PA Nossa Senhora das Graças, se queixa de que a família trabalhou muito na fazenda e não conseguiu construir nada para si antes da terra ser desapropriada. A casa onde mora foi um filho que vive fora que mandou o dinheiro; e foi construída antes da desapropriação.

Antes de a propriedade ser vendida, passada para o INCRA, a gente já trabalhava. Aí, quando chegou a vez de dividir a gente já tinha construído essa casa. Essa casa, foram meus filhos que construíram, foi um filho que me deu que a gente morava lá no cajueiro numa casa muito fraca. Disseram que o IBAMA não ia aceitar a gente ficar morando lá então meu filho mandou o dinheiro a agente construiu essa. (Dona Maria do Rosário Santos Miguel, assentada. Entrevista em: 15 de agosto de 2010)

A transformação da Fazenda Caboclo em assentamentos de reforma agrária representa uma mudança não só na forma de exploração da terra como nas formas de trabalho e de vida dos antigos moradores da fazenda. Um território de exploração deu lugar a um território de Esperança? Que novas relações de poder e/ou de autonomia se estabeleceram após a criação do assentamento? Que novos atores sociais participaram e participam até hoje desse novo processo? Como se dá o empoderamento dos novos protagonistas construtores desse novo território? Estas e outras questões serão abordadas no capítulo seguinte, com base no estudo de caso do Assentamento Nossa Senhora das Graças.